

DIURNA.

a ousadia de escrever

DEZ 2023

Nº 13

ANO 4

Número XIII

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa

Porto | Lisboa | Braga | Viseu

Edição | Dezembro 2023

D.

DIREÇÃO NACIONAL

Diretora Nacional
Catarina Andrade

Editor in Chief - Porto
Beatriz dos Reis Nobre

Editor in Chief - Lisboa
Maria Pia Silva

EQUIPA EDITORIAL

Porto

Duarte Proença de Carvalho
Aurora Campos
Catarina Samões
Alexandra Carvalho

Lisboa

Vicente Baltazar
Rui Lopo
Ana Lorena de Sêves
Rita Menezes

Braga

David Gomes Vaz

Viseu

Francisco Burello

MARKETING MANAGEMENT

Diana Sanches
Adriana Menezes



D.

AGRADECIMENTOS

A equipa do Diurna. dedica esta 13.ª Edição à Católica Porto Business School, em especial, ao Prof. Doutor Rui Soucasoux Sousa, que, na qualidade de Diretor da Faculdade, aceitou juntar-se às Escolas de Lisboa e do Porto da Faculdade de Direito, que têm vindo a tornar o nosso projeto possível.

Ainda, aos nossos Autores, em especial, aos que nos receberam para uma agradável conversa, José Miguel Júdice e Miguel Saraiva.

D i u r n a .

D.

UMA NOVA EQUIPA. UMA NOVA IMAGEM.
A MESMA OUSADIA DE ESCREVER.

Editorial

Catarina Andrade
Diretora Nacional do Diurna.

O Orçamento e a Austeridade

João Confraria
Professor Afiliado Sénior CLSBE
Professor Auxiliar da Faculdade
de Direito (Católica em Lisboa)

Não há almoços grátis

João César das Neves
Professor Catedrático da CLSBE

O conflito Israel-Hamas e o Direito Internacional

Gonçalo Matias
Professor Auxiliar da Faculdade
de Direito (Católica em Lisboa)

A importância da tradução em tempo de guerra

Larissa Tovmasyan
Alumna da Faculdade de Direito
(Católica em Lisboa) e tradutora
da guerra para o Observador

A guerra é sempre injusta

Germano Marques da Silva
Professor Catedrático da
Faculdade de Direito (Católica
em Lisboa)

A tua ousadia de ler

O mundo de ontem
Miguel Poppe Figueiredo
Alumnum do Instituto de
Estudos Políticos

A tua ousadia de escrever

**As regras que governam o
nosso discurso**
Margarida Veiga Santos
Aluna de Licenciatura da
Faculdade de Direito (Católica
em Lisboa)

Personalidade em Destaque com José Miguel Júdice

Antigo sócio-fundador da PLMJ e
ex-Bastonário da Ordem dos
Advogados
por Catarina Andrade e Maria
Pia Silva

O que é a arbitragem e quando pode ser utilizada em Portugal?

Rui Pinto Duarte e Carolina Pitta
e Cunha
Professor Catedrático e
Assistente Convidada da
Faculdade de Direito (Católica
em Lisboa)

A indigna agenda para o trabalho

José Pedro Anacoreta
Sócio da área de laboral da PLMJ

A proteção dos dados pessoais no âmbito da concorrência

Sofia Oliveira Pais
Professora Associada da
Faculdade de Direito (Católica
no Porto)

O Direito e as barreiras

Marta Rosas
Professora Auxiliar Convidada da
Faculdade de Direito (Católica
no Porto)

O desporto tem casos a mais e causas a menos

Hermínio Loureiro
Ex-Vice-Presidente da FPF e ex-
Presidente da Liga Portuguesa
de Futebol Profissional

Diabetes

João Filipe Raposo
Presidente da Sociedade
Portuguesa de Diabetologia

Dor

Rita Canaipa
Professora Auxiliar da Faculdade
de Ciências da Saúde e de
Enfermagem

Arte em Destaque com Miguel Saraiva

Arquiteto e fundador da
Saraiva+Associados
por Catarina Andrade

Investigação na Católica

Peter Hanenberg
Vice-Reitor para a Investigação e
Inovação

Abdicar de aprender matemática é abdicar de compreender o mundo

Pedro Encarnação
Professor Afiliado Sénior CLSBE

Faculdade de Medicina

Maria do Rosário Magriço e
Sofia Bernardes
Alunas da Faculdade de
Medicina

Alumni

Experiências Internacionais

Gonçalo Castela
Alumnum da Faculdade de
Direito (Católica em Lisboa)
Advogado Estagiário da MLGTS

Melhorar pela ação e pelo exemplo

Rui Soucasoux Sousa
Professor Catedrático da CPBS

Os Preferidos

com Paulo Olavo Cunha
Professor Catedrático da
Faculdade de Direito (Escola de
Lisboa) e Sócio de Corporate e
M&A da VdA

D.

EDITORIAL

Com Stefan Zweig, relembramos as memórias da Europa que nas duas grandes guerras se perdeu e procuramos a esperança que preenche as lacunas de um mundo que ignora que as únicas guerras que se ganham são as que são palco de ideias. Entre os que defendem que a história se repete e os que dizem que quem se repete é o ser humano, o maior desgosto que se perpetua é o dos contadores de histórias, que são lidos por aqueles que fecham o livro antes da lição, servindo-se dos angustiantes exemplos que deram mote à narrativa.

Num mundo que insiste em virar-se contra si próprio, são conhecidas as atrocidades que atravessam os lugares onde cai a noite enquanto cá é dia e onde cada dia insiste em ser mais longo que um solstício de verão. Olhamos para o conflito entre Israel e o Hamas pela lente de um jurista e procuramos a resposta da justiça para as situações que nasceram condenadas a ser injustas. Não esquecendo as vítimas do conflito que opõe a Rússia à Ucrânia, cujas vozes que se quiseram abafadas parecem ter sido tornadas mudas, explicamos a importância da tradução séria para a compreensão da factualidade num compromisso com o âmago da verdade.

Neste contexto de amargura, o contributo da psicologia não poderia deixar de ser ajudar-nos a compreender a dor.

No nosso país, vivem-se tempos de instabilidade política, tempos que nos reservam três meses de um governo de gestão (quando sem poder não se faz política e uma sociedade sem política está condenada a estagnar). Estes tempos, que nos bateram à porta sem aviso, chegaram dias antes do momento em que se decidem as verbas do ano que vem, deixando-nos sem saber se, afinal, o contributo da economia seria sobre o novo Orçamento de Estado ou a aplicação em duodécimos do orçamento do ano anterior. Volvidas semanas de dúvidas e respostas apressadas, escrevemos sobre um diploma aprovado, nas entrelinhas do que virá.

D.

Refletimos sobre a luta intemporal e constante pela liberdade, sobre a inquisição forçada e a disfarçada e sobre as regras que governam o nosso discurso. Analisamos os problemas suscitados pela proteção de dados pessoais no âmbito da concorrência, relembramos o princípio económico que dita que não há almoços grátis e contamos o que a agenda do trabalho digno manteve indigno e deixou a desejar.

Numa edição que se apresenta ímpar por contar o presente de uma forma crua e convocar o sopro de ventos de mudança, entrevistamos José Miguel Júdice, que com uma vontade reformista e um espírito jovem é um Homem dos que fazem o mundo avançar.

Estas palavras, que contam a história de uma edição que foi escrita num presente de instabilidade, não poderiam terminar sem antes lhes revelar que a próxima edição será sobre o futuro - um futuro que tem muito a aprender com o passado e que não poderá perder de vista que o sucesso e a generosidade andam sempre de mãos dadas.

A próxima edição será sobre o futuro porque enquanto houver esperança continuaremos entre os que sonham com o dia em que o mundo “pula e avança”, como a “bola colorida entre as mãos de uma criança” do poema de António Gedeão.

Em nome da equipa do Diurna,

Uma boa leitura.



Catarina Andrade
Diretora Nacional do Diurna.



D.

O ORÇAMENTO E A AUSTRIDADE

POR JOÃO CONFRARIA



O objetivo mais importante da proposta de Orçamento de Estado para 2024 é o do excedente orçamental. Dá-se continuidade ao excedente de 2023, embora com um nível mais reduzido, passando-se de 0,8% para 0,2% do PIB entre os dois anos. Este objetivo não devia ser questionado, por dois motivos, pelo menos: o peso da dívida pública no PIB não aconselha outra coisa e este excedente orçamental é, sobretudo, um excedente da segurança social – o que só por si sugere cuidados adicionais.

Há uns meses, parecia que quase toda a gente, mais à esquerda ou mais à direita, achava que havia umas “folgas” orçamentais e, desses, quase todos queriam o mesmo: gastá-las. A ideia era acudir à conflitualidade social que aumentou bastante com o regresso da inflação. As “folgas” iriam proteger do risco de inflação a generalidade das pessoas, ou os grupos de interesses que cada um defendia, e ainda resolver conflitos que vinham de trás, dos tempos da crise de 2011.

“Há uns meses, parecia que quase toda a gente, mais à esquerda ou mais à direita, achava que havia umas “folgas” orçamentais e, desses, quase todos queriam o mesmo: gastá-las.”

Diurna.

D.

Infelizmente a realidade é mais subtil. A evolução da economia e o crescimento da população empregada criaram receitas adicionais que podem ser utilizadas de muitas maneiras. Por exemplo, reduzir impostos ou acudir a áreas com necessidades evidentes. Alguém se lembrou da defesa nacional? Do debate político fica-se com a ideia de que a forma mais prática de gerir esse aumento das receitas é, para quase toda a gente, explorar as possibilidades de negociar com a função pública mudanças em condições de remuneração e de progressão na carreira, assim como de aumentar o investimento público em áreas vistas como carenciadas. São opções. Têm sentido com restrições: não perder de vista o equilíbrio orçamental nem o peso da dívida pública, nem o saldo das contas com o exterior. Parece haver algum respeito por estas restrições, mas vamos ver se o respeito sobrevive à campanha eleitoral.

“São opções. Têm sentido com restrições: não perder de vista o equilíbrio orçamental nem o peso da dívida pública, nem o saldo das contas com o exterior.”

Há mais razões para haver prudência. Os excedentes de 2023 e de 2024 (se, entretanto, o de 2024 não desaparecer), têm origem na segurança social, cujo excedente aumenta, segundo a proposta do governo, de 4,8 para 5,2 mil milhões de euros entre 2023 e 2024. Ora, um excedente da segurança social é transitório, caso se mantenham as perspetivas de evolução demográfica e se não reduzam substancialmente as reformas futuras. As condições que permitem excedentes não se devem manter por muito mais de 10 anos. No cenário base utilizado na elaboração da proposta de orçamento o sistema previdencial da segurança social deve começar a ser deficitário na próxima década. Assim, faz sentido acumular excedentes enquanto é tempo.

“Os excedentes de 2023 e de 2024 (se, entretanto, o de 2024 não desaparecer), têm origem na segurança social (...). Ora, um excedente da segurança social é transitório, caso se mantenham as perspetivas de evolução demográfica e se não reduzam substancialmente as reformas futuras.”

E o que se faz ao dinheiro? É prudente investi-lo em aplicações que possam ser utilizadas para aumentar a sustentabilidade do sistema público de reformas. Não fará muito sentido investir recursos da segurança social em projetos de rentabilidade financeira duvidosa, ainda que se venha a demonstrar que são socialmente vantajosos. Por exemplo, em projetos ferroviários. O Fundo que se pretende criar para financiar investimentos, presumivelmente deste tipo, não parece ser grande ideia.

“E o que se faz ao dinheiro? É prudente investi-lo em aplicações que possam ser utilizadas para aumentar a sustentabilidade do sistema público de reformas.”

D.

Em sentido inverso, devia ser feita alguma coisa quanto ao défice da administração central, já que a administração local tem as contas mais ou menos equilibradas. Na ótica da contabilidade nacional, o défice da administração central passa de 2,4 para 4,9 mil milhões de euros, entre 2023 e 2024. É perigoso ir aumentando o défice da administração central. Como, em pouco tempo o excedente da segurança social vai diminuir, corremos o risco de ficar rapidamente com um défice gigantesco nas mãos. Em síntese, a austeridade não acabou. Pelos vistos, a principal opção na discussão do orçamento é fingir que não é precisa austeridade. É arriscado.

“Em síntese, a austeridade não acabou. Pelos vistos, a principal opção na discussão do orçamento é fingir que não é precisa austeridade. É arriscado.”

João Confraria

Professor Afiliado Sênior da CLSBE
Professor Auxiliar da Faculdade de Direito (Católica em Lisboa)



D.



NÃO HÁ
ALMOÇOS
GRÁTIS

POR JOÃO CÉSAR DAS NEVES

D.

A frase “There ain't no such thing as a free lunch” (TANSTAAFL) tornou-se um influente provérbio económico. Quem é o seu autor, quem o usa e, mais importante, que realmente significa?

A origem não está numa obra de referência ou influente polemista. A expressão nasceu nas tabernas e bares americanos de oitocentos, quando lançaram a prática de oferecer petiscos para acompanhar a bebida dos clientes; aqueles que pretendiam aproveitar-se só da comida sem despesa descobriam rapidamente que não há almoços grátis. Posteriormente a frase foi usada por vários analistas, ativistas, e até ocupa lugar central na novela de ficção científica *The Moon Is a Harsh Mistress* de Robert A. Heinlein's (1966), sobre a revolta dos colonos lunares contra o imperialismo terráqueo.

“A expressão nasceu nas tabernas e bares americanos de oitocentos, quando lançaram a prática de oferecer petiscos para acompanhar a bebida dos clientes; aqueles que pretendiam aproveitar-se só da comida sem despesa descobriam rapidamente que não há almoços grátis.”

Grande parte das utilizações ideológicas da frase são libertárias, avisando para a ilusão das promessas governamentais de subsídios, segurança social e outras benesses que, parecendo ofertas generosas, são afinal pagas pelos que as recebem. Para outros, a frase simplesmente manifesta a tacanhez dos economistas, afirmando o domínio comercial da realidade, para minorizar a justiça, a solidariedade e a caridade. Há ainda os que a interpretam como sublinhando a dureza deste mundo, que sempre apresenta uma fatura.

Todas essas acepções são válidas e têm grãos de verdade. Mas a sentença só ganha o seu pleno significado se, liberta de utilizações retóricas, servir para ilustrar um dos princípios mais úteis e influentes da teoria económica. Para isso ajuda confrontar a frase “não há almoços grátis” com outro provérbio popular semelhante: “as melhores coisas da vida são grátis”.

Que podemos dizer da conjugação das duas afirmações? Uma possibilidade é concluir que os almoços não são das melhores coisas da vida; mas essa dedução passa ao lado da questão. A verdade só surge se notarmos que a palavra “grátis” é utilizada de forma muito diferente nas duas formulações. Quando alguém afirma que as melhores coisas da vida são grátis está a dizer que o que é mais precioso, como uma amizade, a família, um passeio, uma boa conversa, a sabedoria e a consolação espiritual, não custam dinheiro. Mas a garantir a ausência de almoços grátis não significa que todas as refeições vêm com uma conta no final, o que seria uma tolice. O que se pretende afirmar é que todos os almoços, que, por mais simples que sejam, implicam sempre o esforço de muita gente e, por isso mesmo, têm sempre um custo.

D.

“(...) a sentença só ganha o seu pleno significado se, liberta de utilizações retóricas, servir para ilustrar um dos princípios mais úteis e influentes da teoria económica.”

Chegamos aqui ao ponto crucial. A abordagem da ciência económica baseia-se em dois aspetos da realidade, sempre ligados: o valor e o custo. No fragor do quotidiano é fácil perder de vista um deles, ofuscado pelo outro. Em geral, é perante a atração do benefício que se ignora o preço que inevitavelmente alguém, o próprio ou outrem, vai acabar por pagar. Mesmo no Paraíso terreal, onde tudo era dom de Deus, exigia-se não comer do fruto da árvore no meio do jardim.

Se voltarmos, com esta perspetiva, à frase “as melhores coisas da vida são grátis” vemos como ela segue a mesma linha. De facto, as melhores coisas da vida são caríssimas. Custam amor, dedicação, entrega, sacrifício. Uma das poucas coisas que não custam é dinheiro; mas são muito custosas, dificilmente acessíveis e conserváveis.

O mundo, em especial hoje em dia, está cheio de ofertas que aparentem ser de borla. Do Governo às lojas e empresas, passando pelos partidos, clubes e sites da internet, a cada passo somos confrontados com alguém que garante querer dar-nos algo sem custos. Por isso é importante repetir, com prudência, que não há almoços grátis.

“O mundo, em especial hoje em dia, está cheio de ofertas que aparentem ser de borla. (...) Por isso é importante repetir, com prudência, que não há almoços grátis.”

João César das Neves

Professor Catedrático da CLSBE
(Católica em Lisboa)



D.

O CONFLITO ISRAEL-HAMAS E O DIREITO INTERNACIONAL

POR GONÇALO MATIAS

D.

O presente artigo versa, exclusivamente, o enquadramento de direito internacional aplicável aos actos cometidos pelo Hamas no passado dia 7 de outubro, bem como aos acontecimentos subsequentes, não se debruçando sobre a totalidade do conflito Israelo-Palestiniano, o que exigiria uma análise mais profunda e completa, a qual não pode ser realizada neste contexto.

Com efeito, no dia 7 de outubro, o Hamas, ou o seu braço armado, cometeu diversas atrocidades, entre as quais crimes de homicídio em massa, violação e rapto de civis.

Tais crimes constituem graves violações do direito internacional, designadamente do direito internacional humanitário, tal como protegido pelas Convenções de Genebra, e podem constituir crimes internacionais, tal como estabelecido no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Uma primeira questão que pode colocar-se é a de saber se este conflito configura, verdadeiramente, um conflito internacional em termos tais que possa considerar-se aplicável o direito internacional humanitário.

“Tais crimes constituem graves violações do direito internacional, designadamente do direito internacional humanitário (...) e podem constituir crimes internacionais.”

Ora, sem prejuízo de a Palestina não ser unanimemente reconhecida como um Estado, são já muitos os países que procederam a esse reconhecimento, possui o estatuto de observador junto das Nações Unidas, e é Estado parte no Tribunal Penal Internacional. A solução dos dois Estados foi, de resto, aceite nos Acordos de Oslo e tem sido repetidamente sustentada na comunidade internacional, ao longo deste conflito, incluindo pela União Europeia e pelos Estados Unidos.

Por outro lado, Israel não controla Gaza desde 2006, altura em que o Hamas passou a controlar o território, na sequência de eleições que, de resto, não voltou a repetir.

O conflito, contudo, opõe Israel ao Hamas, e não à Palestina, uma vez que a Fatah, autoridade que controla a Palestina, mantém o seu controlo apenas sobre a Cisjordânia, não apoiando a presença do Hamas em Gaza.

Deste modo, não se trata de um conflito entre dois Estados, mas entre um Estado e uma organização que controla parte do território. Em todo o caso, desde o 11 de setembro, entende-se que actos contrários ao direito internacional cometidos por grupos armados encontram-se enquadrados pelo direito internacional. Mal seria que tais grupos não encontrassem no direito internacional qualquer enquadramento e viessem a ser qualificados (e protegidos) como simples civis.

D.

Deste modo - e diversos líderes internacionais têm-no dito - Israel possui, à luz dos ataques sofrido, direito à legítima defesa, prevenindo a realização de novos ataques, e procurando a libertação dos reféns que se encontram em Gaza.

“Deste modo - e diversos líderes internacionais têm-no dito - Israel possui, à luz dos ataques sofrido, direito à legítima defesa (...).”

O exercício da legítima defesa é, neste caso, extremamente complexo. O Hamas infiltrou a sua capacidade operacional junto da população civil, através de um sofisticado sistema de túneis. Isto num local com enorme densidade populacional, onde residem cerca de 2 milhões de pessoas em espaço exíguo.

De acordo com as Convenções de Genebra, a utilização de civis como escudo humano é proibida. Tal sucede especialmente quando alvos militares são dissimulados em unidades hospitalares, como parece ser o caso.

“De acordo com as Convenções de Genebra, a utilização de civis como escudo humano é proibida.”

Do mesmo modo, o Estatuto de Roma que criou o Tribunal Penal Internacional pune como crime de guerra a utilização de civis como escudos humanos. Recorde-se que a Palestina é membro do Tribunal, tendo este já aberto uma investigação, anterior ao presente conflito, e estando já o seu Procurador a recolher indícios sobre os factos praticados por ambas as partes.

A reconhecida legítima defesa de Israel deve ser exercida nos termos e limites impostos pelo direito internacional. Deve, entre o mais, respeitar os limites da proporcionalidade, isto é, a força utilizada não deve ser superior à ameaça sofrida, e, por todas as vias, evitar atingir alvos civis - o que, pelas razões apontadas, se torna muito difícil naquele território.

Pode, pois, concluir-se que o conflito atual entre Israel e o Hamas encontra enquadramento no direito internacional, devendo as partes respeitar as regras e limites impostos, designadamente, pelo direito internacional humanitário e pelo direito penal internacional.

Gonçalo Matias

**Professor Auxiliar da Faculdade de Direito
(Católica em Lisboa)**

D.



A IMPORTÂNCIA DA TRADUÇÃO EM TEMPOS DE GUERRA

Nascida na Sibéria, na cidade de Kemerovo (Rússia), fui forçada a deixar o país em 2007 juntamente com os meus pais em busca de asilo. Quando se é criança e os pais querem proteger o filho, este não percebe muita coisa. Não percebe a gravidade da situação. Chegados a Portugal, foi-nos concedido asilo e foi assim que começou a minha jornada. Não falava português, não tinha amigos, não sabia o que fazer até surgir a grande oportunidade de integrar o grupo de teatro amador – o RefugiActo. Sinceramente, penso que é um dos acontecimentos mais importantes da minha infância, visto que se tratava de junção do útil ao agradável: aprender português e experimentar pisar um palco, sem timidez, mas com palavras que realmente fariam sentido.

“Quando se é criança e os pais querem proteger o filho, este não percebe muita coisa.”

Eram sobretudo textos sobre a liberdade, a amizade, a força que há dentro de cada uma das pessoas. E, com o privilégio de poder viver num país livre, apercebi-me de que existem várias formas de chegar às pessoas.

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.
Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.

O teatro foi a que escolhi durante muitos anos. Depois, finalmente cidadã portuguesa, licenciada em artes performativas, escolhi um outro caminho, completamente diferente, mas com o mesmo objetivo de poder ajudar as pessoas: segui Direito. Os quatro anos de licenciatura foram um verdadeiro desafio porque, durante o curso, continuava a organizar eventos e a participar em manifestações juntamente com ativistas russos de modo que pudéssemos fazer alguma diferença. Todas essas atividades eram regulares, porém, pouco ouvidas pelas pessoas. Até passar a ser uma urgência, que começou no dia 24 de fevereiro de 2022. Aí, surge uma necessidade de perceber o que realmente se estava a passar, visto que muitas das notícias que nos chegavam estavam muito longe da verdade ou não passavam de simples propaganda.

Assim, fui contactada por vários meios de comunicação, com quem colaboro até hoje. O principal pedido é quase sempre o mesmo: traduzir entrevistas e a imprensa nacional russa; falar sobre a comunidade russa em Portugal, tentar ser a voz de alguém que está preso como os políticos que até hoje se encontram na prisão, mas não deixam de lutar por um país livre.

“(…) fui contactada por vários meios de comunicação, com quem colaboro até hoje. O principal pedido é quase sempre o mesmo: (…) tentar ser a voz de alguém que está preso como os políticos que até hoje se encontram na prisão, mas não deixam de lutar por um país livre.”

Assim, muitas vezes questionavam-me: para quê tudo isto? Para quê tanta exposição numa altura em que o silêncio acaba por ser a sobrevivência?

Ora, basta abrir jornais ou plataformas russas governamentais para compreender a razão de tudo. A realidade não é a que está tão bem descrita pelos jornalistas pró-russos. Tudo isso leva à lavagem cerebral, à propaganda e, conseqüentemente, ao ódio não só em campo de batalha, mas também nas redes sociais e muito além.

“A realidade não é a que está tão bem descrita pelos jornalistas pró-russos. Tudo isso leva à lavagem cerebral, à propaganda e, conseqüentemente, ao ódio não só em campo de batalha, mas também nas redes sociais e muito além.”

Passando à questão mais importante: o que é isto de ser comentadora e tradutora de guerra?

No contexto de direito internacional, e não só, tem uma importância substancial por várias razões: como tradutora e, em alguns casos, comentadora de guerra na Ucrânia, penso que desempenho um papel importante ao fornecer acesso à informação sobre os acontecimentos em situações de conflito. Isso permite que as instituições e a própria comunidade internacional compreendam melhor o panorama geral e tomem decisões com base em factos reais (no verdadeiro sentido da palavra).

D.

Por outro lado, em cenários de guerra, há uma diversidade de línguas e culturas envolvidas e infelizmente, essa diversidade não contribui para a união, como gostávamos que fosse. Como tradutora da imprensa russa estatal e de entrevistas, tenho a possibilidade de superar barreiras linguísticas e culturais, permitindo a comunicação eficiente entre as partes envolvidas. Isso contribui para um maior entendimento e cooperação entre os diferentes atores durante o conflito.

Mais ainda, quando convidada para comentar, tenho a oportunidade de ampliar a consciência pública sobre as implicações humanitárias, políticas, sociais e legais do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. No meu caso, a experiência pessoal, o contacto com pessoas em ambos os países em conflito ajudam a reunir informação suficiente para enquadrar a comunidade daquilo que está a acontecer.

Em suma, tendo tido este privilégio de poder ser útil nestes tempos difíceis, considero que é fundamental garantir a transparência informativa, aumentar a compreensão pública e contribuir para a paz e a segurança. No entanto, é de realçar um outro ponto: é evidente que toda a ajuda é importante, no entanto, gostaria de enaltecer o papel desempenhado pelos profissionais que estiveram e têm estado na Ucrânia e que têm garantido que a sociedade tenha acesso à informação.

Larissa Tovmasyan

Alumna da Faculdade de Direito (Católica em Lisboa)
Tradutora da guerra para o Observador



D.



A GUERRA É SEMPRE INJUSTA

POR GERMANO MARQUES DA SILVA

Em texto recente, comemorativo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicado pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, escrevi que me anima a certeza de que nunca nenhuma democracia perdeu uma guerra contra um regime autoritário e a esperança de que a atroz violação dos direitos humanos que ocorre na Ucrânia não ficará impune. Mantenho a esperança de que os factos não venham a ilidir a minha certeza, que é de fé na vitória do Direito sobre a força, mas devo juntar de imediato que não sei de guerra em que o Direito não seja violado, ignorado, e em que as vítimas de ambos os lados em confronto não sejam, em geral, os inocentes, ativos conscritos ou simplesmente passivos. Não são os políticos que promovem as guerras nem os generais que comandam as batalhas a partir do conforto dos seus gabinetes as suas vítimas: são sobretudo as crianças, os velhos, as mulheres, os soldados recrutados pela força, o povo, em geral, que lhe sofre os efeitos diretos e reflexos sem lhes darem causa.

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.
Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.

“Mantenho a esperança de que os factos não venham a ilidir a minha certeza, que é de fé na vitória do Direito sobre a força, mas devo ajuntar de imediato que não sei de guerra em que o Direito não seja violado, ignorado (...).”

Perturbam-me agora as imagens de Gaza. Como na Ucrânia: a destruição e a morte. Também agora a destruição e a morte de crianças, de velhos, de povo anónimo que nada teve a ver com os odiosos crimes do 7 de outubro perpetrados pelos do Hamas. A destruição e a morte de inocentes de um lado e de outro. É terrível, é abominável, é injusto. Não há guerra, nunca houve guerra, sem vítimas inocentes. A principal injustiça da guerra reside nas vítimas que causa a quem não a provoca.

“Não há guerra, nunca houve guerra, sem vítimas inocentes.”

No teatro das guerras, em terras da Ucrânia, em Gaza, na Palestina ou em Israel, em qualquer lugar e tempo onde quer que ocorram, as vítimas são quase sempre os inocentes e por isso que a guerra é sempre injusta.

“No teatro das guerras (...), em qualquer lugar e tempo onde quer que ocorram, as vítimas são quase sempre os inocentes e por isso que a guerra é sempre injusta.”

Os políticos alinham justificações as mais diversas para legitimar as suas decisões de fazer a guerra, seja na agressão ou na defesa, invocando sempre o interesse do povo e encontram sempre em casa juristas para justificar essas decisões. Os políticos decidem e os juristas argumentam para legitimar a decisão política, mas em política há sempre a pretensão de justificar o injustificável e os juristas têm um amplo catálogo caseiro para apoiar os seus patronos. A vontade popular, fundamento da legalidade democrática, é quase sempre ignorada ou iludida.

Sói apontar-se o direito internacional, especialmente o direito da guerra, como exemplo do não direito, sendo até instrumento de domínio dos fortes sobre os fracos. É sintomático dessa pretensão de domínio, por uma parte, e de insubmissão, por outra, que as grandes potências militares mundiais não se submetam à jurisdição dos tribunais penais internacionais. Em qualquer guerra, como as notícias atuais sobre a Ucrânia e Gaza nos recordam, ocorrem sempre graves violações do direito da guerra, mas os seus agentes ficam impunes quase sempre, pelo menos no que respeita aos crimes praticados pelos vencedores.

“É sintomático dessa pretensão de domínio, por uma parte, e de insubmissão, por outra, que as grandes potências militares mundiais não se submetam à jurisdição dos tribunais penais internacionais.”

D.

Depois da Segunda Guerra e da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, que consagrou o princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento do Direito no Universo, gerou-se a esperança de que os povos jamais recorreriam à guerra para dirimir as suas divergências, sobretudo para não sacrificar inocentes. Entendia-se que o recurso às armas só seria justificado para afastar uma agressão e mesmo então de modo proporcionado, sem excesso, mas a defesa pressupõe a agressão e esta é desde logo e sempre ilegal e também a defesa frequentemente se transforma em preventiva, sendo a própria “defesa” a antecipar e provocar a agressão. O Direito visa a realização da paz, mas a história comprova que na guerra não se busca a paz, mas o domínio, a submissão e extermínio do outro que é sempre erigido em inimigo.

“O Direito visa a realização da paz, mas a história comprova que na guerra não se busca a paz, mas o domínio, a submissão e extermínio do outro que é sempre erigido em inimigo.”

A grande perplexidade e injustiça da guerra consiste em que as suas vítimas, frequentemente de morte, não são nunca chamados a decretá-la, sofrem-na sempre por vontade alheia. Não será isto grave e insuportável injustiça?! Não será tempo de os povos dizerem basta, de assumirem o poder de dizer não à guerra e sim à paz?!

Germano Marques da Silva

**Professor Catedrático da Faculdade de Direito
(Católica em Lisboa)**

D.

A TUA OUSADIA DE LER...



O MUNDO DE ONTEM MEMÓRIAS DE UMA EUROPA PERDIDA

A AUTOBIOGRAFIA DE STEFAN ZWEIG

Há cerca de 5 anos, dei por mim a jantar em casa de amigos de amigos. Nestas situações nunca se sabe o que esperar, mas o serão revelou-se uma agradável surpresa; rapidamente entrosei com o anfitrião. Falámos da fragilidade das ideias que hoje parecem inabaláveis, como a paz e da liberdade. A conversa foi estimulante, mas o que tornou a noite verdadeiramente memorável foi que, na despedida, o anfitrião me ofereceu o seu exemplar do “O Mundo de Ontem” de Stefan Zweig. O gesto de oferecer um livro como sinal de respeito e apreço por uma mera troca de ideias moveu-me de tal forma que li o livro de fio a pavio em poucos dias.

“O gesto de oferecer um livro como sinal de respeito e apreço por uma mera troca de ideias moveu-me de tal forma que li o livro de fio a pavio em poucos dias.”

Trata-se da autobiografia do autor mais traduzido em toda a Europa no Século XX, o austríaco Stefan Zweig. Curiosamente, Zweig começa por dizer que nunca se considerou suficientemente importante para contar aos outros a sua história. Pode parecer paradoxal, mas não é, porque esta não é a autobiografia de Zweig, mas sim as “memórias de um europeu” (o subtítulo do livro).

“Os tempos fornecem as imagens, eu apenas digo as palavras que as acompanham, e não será tanto a minha própria história que contarei, mas a de toda uma geração.”

Este é um livro de memórias de uma Europa perdida e de como a perdemos, na Primeira Guerra Mundial, no período entre as guerras e, finalmente, na própria II Guerra Mundial. É um longo lamento por um mundo perdido, um testemunho em defesa dos valores da decência, da tolerância, do humanismo e do esforço artístico e cultural.

“É um longo lamento por um mundo perdido, um testemunho em defesa dos valores da decência, da tolerância, do humanismo e do esforço artístico e cultural.”

Zweig descreve o período em que cresceu como a Idade Dourada da Segurança, havia estabilidade política e diversas inovações, como o telefone, o carro ou a eletricidade, tinham revolucionado o modo de vida europeu. O austríaco gabava-se até de, antes de 1914, ter viajado para vários países sem necessitar de um passaporte ou de um visto.

É neste contexto que acusa as elites intelectuais, nas quais ele próprio se incluía, de estarem de tal forma fixadas nas atividades lúdicas que não entenderam as mudanças que se desenrolavam no xadrez político europeu. Tanto que, quando a Primeira Guerra eclodiu, Zweig constata que, em vez de humores sombrios, houve dança nas ruas da Áustria e, presumivelmente, noutros países. Não houve uma dimensão ideológica na Primeira Guerra, os grandes impérios estavam fortes e a palavra “derrota” não constava do seu léxico.

“É neste contexto que acusa as elites intelectuais, nas quais ele próprio se incluía, de estarem de tal forma fixadas nas atividades lúdicas que não entenderam as mudanças que se desenrolavam no xadrez político europeu.”

Um dos aspetos notáveis deste livro é que, apesar estarmos familiarizados com os pormenores da história sangrenta do Século XX, Zweig apresenta-os de uma forma que nos faz sentir como se os estivéssemos a ouvir pela primeira vez. O retrato que faz do funeral de Theodor Herzl (autor do “O Estado Judeu”) fará com que o leitor se arrepie da cabeça aos pés.

O livro termina com a triste ascensão do nazismo. A chegada de Hitler ao poder representava a normalização de ideias que estavam nos antípodas das convicções de Zweig. As suas esperanças e sonhos de uma Europa sensata são destruídos assim que Hitler começa a agitar a ralé na Baviera. Mesmo assim, Zweig manteve o seu sentido de humor, ilustrado neste comentário sarcástico: “A ordeira nação alemã não sabia o que fazer com a sua liberdade e já esperava com impaciência que alguém lha tirasse de novo.”

D.

A TUA OUSADIA DE LER...

Enquanto judeu, a sua sobrevivência está em risco e, em 1934, deixa a Áustria. Primeiro, exila-se em Inglaterra, depois, em Nova Iorque e, finalmente, no Brasil onde entrega o manuscrito do livro para publicação.

Em 1942, Zweig, profundamente deprimido e desgostoso com o destino da sua Europa, e a sua mulher Lotte tomam a sua própria vida, ingerindo uma dose fatal de barbitúricos. É uma história amarga, pelo facto de, triste e revoltado como estava, nunca ter sabido do desfecho da 2ª Guerra Mundial e das atrocidades que se vieram a descobrir como Holocausto, nem da Europa finalmente próspera e pacífica que foi criada nas décadas seguintes.

“(...) Zweig, profundamente deprimido e desgostoso com o destino da sua Europa, e a sua mulher Lotte tomam a sua própria vida, ingerindo uma dose fatal de barbitúricos.”

A História não se repete, muitas vezes rima. A Europa encontra-se, atualmente, num momento definidor. Na sua fronteira Leste, os ucranianos lutam pela sua soberania e liberdade. E, recentemente, assistimos ao recrudescer de instâncias de antissemitismo na sequência dos hediondos ataques dos terroristas do Hamas em Israel.

É na memória de mentes como Stefan Zweig que a Europa deve encontrar inspiração para a defesa inabalável da dignidade de cada indivíduo, da soberania territorial e da liberdade individual. E é em livros como “O Mundo de Ontem” que essa inspiração perdura.

Miguel Poppe Figueiredo

Alumnum do Instituto de Estudos Políticos
(Católica em Lisboa)

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.

Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.



AS REGRAS QUE GOVERNAM O NOSSO DISCURSO

A liberdade de expressão é apontada como um dos corolários do Estado de Direito democrático. Não é que discorde desta ideia, pelo contrário, mas gostaria de ir mais além e afirmar que a democracia é a materialização da própria liberdade de expressão. Aquela apenas atinge o seu auge quando não existem restrições à circulação de ideias e o sistema possui garantias que a protegem. Contudo, cada vez mais se fala numa ameaça aos valores democráticos por via de *fake news* e ideias extremistas. Estes avisos impedem-nos de ser ingénuos e de acreditar que a liberdade de expressão pode proteger todo e qualquer discurso, que não existem ideias que, ao circularem ilimitadamente, ferem mais a democracia do que a reforçam.

“(...) cada vez mais se fala numa ameaça aos valores demo-cráticos por via de fake news e ideias extremistas.”

O professor Leslie Green, procura, numa palestra intitulada ‘Right Speech’ apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Chicago, responder à pergunta “que regras devem governar o nosso discurso?”. Green explora quatro tipos indesejáveis de discurso: aquele que é falso, aquele que é abusivo, aquele que divide, e aquele que é inútil.

Os primeiros dois são simples de entender: não devemos espalhar mentiras e enganar os outros com as nossas palavras; não devemos procurar ofender e humilhar os outros com o nosso discurso. São os dois últimos que despertam mais interesse: não devemos falar de modo a dividir comunidades e a obstruir a tolerância; devemos evitar conversas sem rumo ou valor.

Qualquer um destes pode ser considerado destrutivo para a democracia: políticos que mentem e induzem em erro o eleitorado criam um sentimento de desconfiança nas instituições democráticas, da qual os extremos se aproveitam; o discurso de ódio que se faz passar por honestidade alimenta sentimentos de inferioridade e discórdia, eliminando qualquer ideia de convivência pacífica.

D.

A TUA OUSADIA DE ESCREVER...

O discurso que divide comunidades é o primeiro recurso dos políticos populistas. Usam a retórica da diferença para criar uma ideia de incompatibilidade entre grupos sociais, em que um oprime o outro, que agora necessita de reunir forças e retaliar. Vilanizam-se imigrantes e empresários, agora-se a diluição da identidade nacional, promove-se a cultura do “nós contra eles”, altamente contraproduziva num mundo em que o isolamento é fatal. E no “nós” encontra-se o segundo recurso: o discurso que homogeneiza receios e dificuldades, unindo os que se sentem inseguros, para que acreditem na divisão como solução para problemas de escassez, estabilidade e identidade, trazidos pela democracia pluralista e globalizada.

“O discurso que divide comunidades é o primeiro recurso dos políticos populistas. Usam a retórica da diferença para criar uma ideia de incompatibilidade entre grupos sociais, em que um oprime o outro, que agora necessita de reunir forças e retaliar.”

Discurso inútil, ou *idle chatter* no original, não implica uma desvalorização da conversa corriqueira, visto esta não ser inerentemente perigosa. É a sua instrumentalização que se revela preocupante: dessensibiliza a população para os escândalos de corrupção, obstrui os meios de comunicação e normaliza a violação de direitos fundamentais que se escondem, ou estão em plena vista, nas nossas sociedades.

Não podendo negar a importância da liberdade de expressão, é preciso reconhecer que esta não é um direito absoluto, mas sim *prima facie*, sendo legítimo impor-lhe restrições, desde que a sua essência permaneça intocada. Possuir o direito não nos absolve do dever de seguir certas regras que, por exemplo, procuram salvaguardar valores democráticos, evitando um ciclo vicioso em que o discurso ilimitado leva à sua decadência e conseqüente diluição da liberdade de expressão.

Procurando responder à pergunta inicialmente colocada por Leslie Green sobre as regras que devem governar o nosso discurso, apelo: não devemos contribuir com discurso que fragiliza a democracia e, conseqüentemente, o exercício da nossa própria liberdade de expressão numa sociedade democrática e plural.

Margarida Veiga Santos

Aluna de Licenciatura da Faculdade de Direito
(Católica em Lisboa)

D.

Catarina Andrade e Maria Pia Silva

Diretora Nacional e Editor-in-Chief Lisboa do Diurna.

PERSONALIDADE EM DESTAQUE

JOSÉ MIGUEL JÚDICE

D.

José
Miguel
Júdice

José Miguel Júdice tem 74 anos. Foi sócio-fundador da PLMJ e Bastonário da Ordem dos Advogados. Com uma vontade reformista e um espírito jovem, é um Homem dos que fazem o mundo avançar. Constantemente desafiado pela desconfiança e pelo medo da mudança, o nosso país ficar-lhe-á para sempre grato pelo que fez e em dívida por não o ter ouvido mais.

Considera que todos desapareceremos da história da Terra e confessou-nos que não tem a ilusão de vir a ser lembrado no futuro. Certo é que enquanto nós vivermos nunca nos esqueceremos da forma como nos recebeu, dos ensinamentos que nos deu, da paixão com que relata as histórias e da força das suas palavras.

Que mensagem gostaria de deixar aos que amanhã terão uma cédula e vestirão uma toga?

Sejam livres.

Não há liberdade sem advocacia, não há advocacia sem liberdade.

Sejam livres. Sejam decentes. Sejam sérios.

Não tenham ilusões de que os crimes compensam.

Sejam advogados, se gostarem de ser advogados.

É uma profissão muito nobre, muito bonita e que dá muita gratificação.

Em 1972, licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e, nesse mesmo ano, começou a dar aulas. Como é que foi começar a lecionar logo após terminar a Licenciatura? Alguma vez ponderou seguir a vida académica?

Nessa altura ponderei seguir apenas a vida académica, tanto que não fiz logo o estágio para ser advogado. A minha ideia era ser professor universitário e nada mais do que isso. As áreas a que eu queria dedicar-me pouca relevância tinham para além dos livros - a ciência política, a sociologia política e a teoria do Estado são áreas que, embora contíguas ao Direito, não são diretamente jurídicas.

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.

Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.

Ainda assim, pouco tempo depois, em 1977, é admitido à Ordem dos Advogados.

A seguir ao 25 de Abril, houve um conjunto de professores que foram afastados da Universidade pelos estudantes. Vendo que me estavam a afastar por razões meramente políticas, nada havia a dizer quanto ao meu mérito pedagógico e científico. Eu tinha grandes ideias do que é que queria fazer na vida, mas a vida explicou-me que aquilo que eu queria fazer não era aquilo que eu gostava de fazer. Percebi que gostava de ser advogado e fui advogado a vida toda.

“Eu tinha grandes ideias do que é que queria fazer na vida, mas a vida explicou-me que aquilo que eu queria fazer não era aquilo que eu gostava de fazer.”

Em 1980, torna-se sócio fundador da PLMJ. Considera que foi o tempo bastante para poder aprender? Ou, em retrospectiva, preferia ter retardado esse passo?

Ter chegado a sócio da PLMJ em 1980 foi uma sorte, porque naquela altura ainda não havia muitas sociedades dos advogados. Quando eu cheguei à PLMJ, eram três; eu fui o quarto. Entrei numa altura em que o escritório estava a crescer muito. Os meus colegas eram muito novos e eu fui feito sócio muito cedo. Acabei o meu estágio em 1977 e três anos depois era sócio de uma sociedade de advogados - uma sociedade muito pequenina, mas que foi fundada numa altura em que não existiam grandes. Na altura, tinha a convicção (errada) de que sabia imensas coisas e fui aprendendo, sendo advogado e sendo sócio também. Ainda hoje, que já não advogo, continuo a aprender. A cada dia que passa percebo que no dia anterior não sabia tanto quanto julgava.

“Ainda hoje, que já não advogo, continuo a aprender. A cada dia que passa percebo que no dia anterior não sabia tanto quanto julgava.”

Qual é que foi o feito da PLMJ que mais o marcou e do qual fez parte?

O que mais me marcou foi claramente a circunstância de a PLMJ ter sido um escritório pioneiro, isto é, de ter começado a fazer, antes de outros, aquilo se veio a fazer. Quando eu cheguei, não havia uma secretária sem uma máquina de escrever elétrica e a máquina de escrever foi uma verdadeira revolução (praticamente ninguém tinha máquinas elétricas e ainda se faziam peças processuais à mão!). Também tivemos o primeiro fax na advocacia portuguesa e ainda trabalhamos com um sistema informático de computadores muito antes destes estarem divulgados. Fomos o primeiro escritório a apostar na especialização e o que mais orgulho me deu foi ter feito parte de um projeto coletivo que foi abrindo caminhos.

D.

Que herança é que considera que ficou para as mais de 400 pessoas que atualmente trabalham na PLMJ daqueles quatro advogados que a trouxeram à vida?

A herança que ficou foi a de uma marca digna e a de uma cultura de decência profissional e ética. De resto, de mim não ficou mais nada. Aliás, o meu nome já nem sequer está na sociedade. O nome da sociedade é só PLMJ, sem os nomes dos fundadores, e era assim que nós queríamos que fosse.

“A herança que ficou foi a de uma marca digna e a de uma cultura de decência profissional e ética.”

O que é que o motivou depois a dedicar-se mais à arbitragem?

Em primeiro lugar, quando eu saí de bastonário tinha 55 anos. Não era propriamente um velho, mas pensei que devia começar a preparar a vida futura. Eu teria de sair da advocacia com sessenta e tal anos, como ditavam as regras no meu escritório, mas eu gosto de trabalhar. O que é que eu posso fazer depois? A arbitragem começou por ser uma atividade que eu poderia exercer depois de deixar de ser advogado (o que sempre foi um objetivo da minha vida: não morrer a advogado!).



D.

Segundo, era uma atividade que estava na continuidade do que eu fiz nos últimos anos, quando passei a coordenar as equipas de litigância. Terceira razão, porque sempre gostei de desafios e sendo o mercado português praticamente inexistente na arbitragem, dedicar-me à arbitragem era dedicar-me a trabalhar no mercado internacional. Uma vez, uma grande revista internacional de advocacia fez-me uma entrevista como a vossa e perguntou-me porque é que eu, sendo um advogado tão conhecido e com tanta clientela, resolvi, aos cinquenta e muitos anos, começar uma “nova carreira” numa coisa que durante a primeira fase da minha vida não fiz. A minha resposta foi: “for the thrill of it”. Era o prazer que vinha com o novo desafio. Costuma-se dizer que nós temos mais 20 anos que a idade dos nossos filhos mais velhos. Somos muito marcados pela ideia da continuidade familiar. Uma pessoa que tem filhos envelhece menos do que uma pessoa que não tem. Na profissão acontece o mesmo. Era um desafio muito grande e uma enorme responsabilidade, que me motivou muito.

“A minha resposta foi: “for the thrill of it”. Era o prazer que vinha com o novo desafio.”

Considera que atualmente a arbitragem funciona melhor do que os tribunais judiciais, nomeadamente dada a celeridade e a especialização dos árbitros?

Não se pode dizer que funcionam melhor, funcionam de forma diferente. Não há dúvidas de que a arbitragem é uma forma alternativa

que tem algumas vantagens. Uma das vantagens é não ser necessário traduzir tudo. Se uma empresa italiana tem um contrato com uma empresa francesa e há um litígio entre estas em Portugal, tem de ser tudo traduzido para português, enquanto que na arbitragem só se traduz se for essa a vontade das partes. Além disso, o princípio do juiz natural não permite escolher o melhor juiz para tratar um determinado assunto. Se houver um problema de patentes, é possível que o juiz sorteado nunca tenha dedicado um minuto da sua vida a questões de patentes e que, depois desse caso, também não vá voltar a dedicar. Isto é um desperdício em termos de racionalidade. Na arbitragem, podemos escolher os árbitros em função da especialização. Além disso, a arbitragem é mais célere e os árbitros são mais especializados e têm mais experiência de vida.

Que futuro prevê para a arbitragem?

Eu gostava de prever o futuro quando era novo, agora já não sei prever o futuro, já me enganei tantas vezes... mas eu acho que a arbitragem vai continuar a existir. É sobretudo muito importante em litígios empresariais com empresas de vários países, porque resolve o problema difícil de saber qual é que é o tribunal competente. Acho que nos litígios internacionais a arbitragem vai ter um grande sucesso.

“Eu gostava de prever o futuro quando era novo, agora já não sei prever o futuro, já me enganei tantas vezes... mas eu acho que a arbitragem vai continuar a existir.”

D.

A ORDEM DOS ADVOGADOS

A candidatura que apresenta a Bastonário da Ordem dos Advogados e a eleição, em Dezembro de 2001, com uma vitória histórica, tiveram na sua génese um sentido reformista. Inicia o mandato com uma crise política, instaurada pela demissão de António Guterres, e exerce funções sem receber o apoio do Governo de Durão Barroso e do Ministério encabeçado por Celeste Cardona. Em 2004, a poucos meses de deixar o título de Bastonário, a pasta da Justiça do Governo de Santana Lopes é entregue a Aguiar-Branco e não fora esta mudança e “uma oportunidade histórica transformar-se-ia numa ocasião perdida”. Vinte anos volvidos, perguntamos-lhe: afinal, 2004 foi o “Ano da Justiça”?

Não. Aguiar-Branco foi convidado para o Governo e passados poucos meses o Governo caiu. Se ele tivesse exercido o mandato por mais anos, estou convencido de que iria ser uma oportunidade excepcional para as reformas da Justiça. Foi um dos meus colegas mais envolvidos no chamado Congresso da Justiça.

O Congresso da Justiça aconteceu em novembro de 2003 e foi, pela primeira vez, um congresso onde estiveram representados juizes, procuradores, advogados, funcionários judiciais e outros profissionais. Nós conseguimos fazer um programa aprovado por unanimidade pelo congresso – foi um texto perfeitamente consensual, o que não voltou a acontecer. A ideia era que esse congresso se repetisse, pelo menos, de quatro em quatro anos e que todos os anos houvesse um trabalho sistemático. Como é muito habitual em Portugal, veio o novo bastonário, desinteressou-se no tema e nunca mais houve nenhum Congresso da Justiça. E é pena. Estava ali o começo de qualquer coisa, porque, como diz aquele célebre poema cantado, “é mais aquilo que nos une, do que aquilo que nos separa”.

“(…) nunca mais houve nenhum Congresso da Justiça. E é pena. Estava ali o começo de qualquer coisa, porque, como diz aquele célebre poema cantado, “é mais aquilo que nos une, do que aquilo que nos separa”.”

No início, havia grandes oposições, nomeadamente de uma estrutura dirigente da magistratura portuguesa, e devemos ao Presidente da República Jorge Sampaio a viabilização do Congresso de Justiça. O Dr. Jorge Sampaio convidou, para um jantar em Belém, os Presidentes dos Tribunais Superiores, o Procurador-Geral da República e o Bastonário da Ordem dos Advogados, tendo posto todo o peso do seu prestígio (que é muito) a ajudar a convencer-nos a todos – uns precisavam de ser mais convencidos do que outros de que o Congresso da Justiça era essencial.

D.



O Congresso foi agendado no verão de 2003 e realizou-se em novembro. Havia muito trabalho feito e muita boa vontade e o poder político estava a pensar que tinha de olhar para a Justiça, porque estavam a ser feitas exigências que eram razoáveis. Não se concretizaram e não está tudo pior, há coisas que estão melhores; mas também há coisas que estão piores e poderiam estar muito melhor se houvesse energia e vontade de dar prioridade à Justiça.

Como é que seria a Justiça hoje se Aguiar-Branco tivesse aparecido três anos antes?

Quem apareceu no Ministério da Justiça pouco tempo depois de eu ter sido eleito Bastonário foi uma senhora, jurista, que merece todo o respeito e que o CDS queria que fosse Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais: a Dra. Celeste Cardona. A especialidade dela era o Fiscal, mas a Ministra das Finanças, Dra. Manuela Ferreira Leite, não a aceitou como Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais. O Dr. Paulo Portas, que achava que ela era uma peça importante do Partido, convidou-a para ser Ministra da Justiça depois de três ou quatro pessoas terem recusado. A Dra. Celeste Cardona desembarcou no Ministério da Justiça sem nunca ter dedicado um minuto que fosse às questões da Justiça, sem nunca ter conhecido o Sistema Judicial. Era uma pessoa trabalhadora e briosa, mas a corrente não passou. É uma mulher de grandes qualidades e muito respeitável, mas eu disse a um jornalista que quando o primeiro de nós a saísse (quando eu deixasse de ser bastonário ou quando ela deixasse de ser Ministra), eu respondia o que pensava. Ele não se esqueceu e quando ela saiu perguntou-me e eu respondi-lhe: “A minha resposta é muito simples.” – fiz-lhe uns elogios merecidos e depois disse – “A Senhora Ministra foi a pior Ministra da Justiça desde o tempo de Dom Afonso Henriques.” – e assim ficámos.

Diurna.

D.

Ainda neste contexto, como é que encarou a Declaração de Bolonha e as consequências que daí advieram?

Outra oportunidade perdida. Quando eu era bastonário, reuni com todos os Diretores de todas as Faculdades de Direito portuguesas. Eu propus uma Reforma do Sistema de formação da Ordem dos Advogados, que ia aproveitar alguns dos aspetos positivos do modelo de Bolonha. Seria o seguinte: qualquer jovem que fizesse a Licenciatura de Bolonha e optasse por uma vertente de litigância, faria um Mestrado de um ano e teria apenas mais um ano de formação prática, ou seja, modelo 4+1+1. Quem quisesse outras especialidades, poderia fazer também o acesso à carreira mas, como não tinha o Mestrado, teria de fazer 4+1+2, porque precisava de ter a formação específica em litigância. A única condição que eu pus às Universidades foi que as cadeiras deontológicas, lecionadas nesse ano académico de Mestrado, fossem dadas por advogados escolhidos pela Ordem dos Advogados. As Universidades olharam para isto com muito interesse, porque era uma hipótese forte de terem mais estudantes. É claro que a quem não tivesse dinheiro para pagar o Mestrado, a Ordem dos Advogados deveria dar uma formação a título supletivo. Tudo isso morreu depois de eu ter ido embora. Infelizmente, continuam as Universidades viradas para um lado e a Ordem dos Advogados virada para o outro. A Ordem dos advogados oferece uma formação por advogados que manifestamente estão menos preparados que os Professores Universitários para a dar. Por exemplo, uma das coisas mais importantes para quem queira ser

advogado em tribunal, é aprender a interrogar testemunhas, a *cross examination* do modelo anglo-saxónico. Nos Estados Unidos, não há advogado que não tenha tido uma cadeira de *cross examination*. Em Portugal, nem a Ordem dá uma cadeira sobre interrogatório de testemunhas.

“Infelizmente, continuam as Universidades viradas para um lado e a Ordem dos Advogados virada para o outro.”

Só uma minoria dos advogados portugueses é que querem ser advogados de tribunal. A Ordem dos Advogados impõe uma formação orientada para uma coisa que a maioria dos advogados não querem fazer. Devia haver alternativas, modelos de formação que não passassem só pela formação standard em Processo Civil e Processo Penal. Claro que haveria uma consequência: sem essa formação, um advogado não poderia representar ninguém em juízo. A maior parte das pessoas do escritório onde trabalhei não fazia tribunal. No entanto, tiveram de aprender as maiores minudências de um requerimento, de um articulado num processo cível e como é que se faz um requerimento de abertura de instrução.

A Ordem dos Advogados está ainda muito agarrada a um paradigma limitado e depois queixa-se que o Governo diga que apenas têm o exclusivo do tribunal e que no resto não podem ter o exclusivo. São um bocadinho culpados disto, porque não demonstraram ao poder político que a formação da Ordem dos Advogados seria essencial para dar consultoria jurídica.

D.

Eu também tinha começado o processo das especializações da advocacia. Os advogados tinham de ter cinco anos de formação e tinham de prestar provas curriculares. Cinco anos mais tarde tinham de demonstrar ou pela formação que tinham feito, ou pela formação que deram, que continuavam especializados naquela área jurídica. Isto vinha com uma responsabilidade acrescida: um advogado que cometesse erros graves na área da sua especialização tinha uma responsabilidade deontológica mais pesada do que um advogado que não a tivesse. Eu vim-me embora e isto acabou completamente, ninguém o levou para diante. Se alguém é advogado e durante cinquenta anos nunca volta abrir um livro ou uma revista, nunca vai a um seminário ou a uma conferência, ninguém diz aos cidadãos que não está preparado para representar os seus interesses.

“Se alguém é advogado e durante cinquenta anos nunca volta abrir um livro ou uma revista (...), ninguém diz aos cidadãos que não está preparado para representar os seus interesses.”

JUSTIÇA

Num sistema que prepara advogados e magistrados com uma visão de passado, dominada pelas limitações à mudança consequentes da hierarquização das estruturas e do formalismo, que palco é que é verdadeiramente dado aos direitos e aos interesses legítimos dos cidadãos?

A formação dos magistrados tem enormes qualidades e digo, com toda a franqueza, que o juiz médio sai muito mais bem preparado do CEJ do que o advogado médio sai da formação da Ordem. Agora, não há dúvida de que os sistemas jurídicos são sistemas naturalmente conservadores. Nós interpretamos coisas que se passaram no passado, para as atualizar. Vamos buscar a doutrina e os precedentes judiciais que foram escritas há anos, para com isso analisar o que está a passar atualmente. Não é uma ciência virada para o futuro, é uma ciência virada para o passado. Além disso, é uma ciência naturalmente formalista, porque há regras e procedimentos que têm de ser respeitados. Há também uma má memória de reformas mal feitas. Claro que muitas vezes não é verdade, mas nós esquecemos o mal do passado e só nos lembramos do mal do presente. É natural que o mundo da Justiça seja dificilmente reformável. Ora, se é dificilmente reformável, só pode ser reformado de duas maneiras: por um lado, por esforço conjunto das profissões, de alguma forma motivadas pelos mais dinâmicos, os mais reformistas e os mais desanimados com o estado das coisas; por outro lado, por alguém que esteja em funções de chefia na área da Justiça que tenha uma vontade de mudar. Ora, embora com honrasas exceções, os Ministros da Justiça, de um modo geral, não são pessoas que primem pela qualidade ou pela vontade reformista. Não têm essa sensibilidade, porque toda a sua formação foi feita a olhar para o passado.

D.

Os sistemas da *civil law* têm alguma coisa a aprender com os sistemas da *common law*?

Têm, temos todos a aprender uns com os outros. Primeiro, a ideia de dar mais atenção aos precedentes, de não inventar a pólvora cada vez que um juiz toma uma decisão. Segundo, uma focagem para os contratos. Na *civil law*, um contrato pode ser apenas verbal, ou ter apenas duas ou três cláusulas, porque vamos buscar à lei as soluções que não encontramos no contrato. Ora, o sistema da *common law* obriga a investir muito no contrato e a lei das partes é o contrato, o que afeiçoa o regime legal à realidade concreta daquele caso. Ainda, a ideia de que deve haver uma desnecessidade de uma grande fundamentação a menos que as partes queiram recorrer. A ideia de que o acusador público pode falar com os advogados que defendem o investigado e fazer um acordo, para que aquele se concentre naquilo que consegue efetivamente provar. O nosso modelo do chamado princípio da legalidade, que obriga a tomar conta de qualquer queixa que apareça, ainda que seja anónima e andar anos a investigar, é contrário ao Direito. Mais, a responsabilidade sobre quem acusou mal não existe cá, mas nos países de *common law* existe. Também a permeabilidade entre as profissões, a ideia de que uma pessoa pode ser juiz mesmo que antes tenha sido outra coisa. A American Bar Association é uma associação de juízes, acusadores públicos, defensores públicos e advogados. Têm todos a mesma deontologia. Parece que essa flexibilidade dos regimes de *common law* nos faz um bocadinho falta.

“(…) a ideia de dar mais atenção aos precedentes, de não inventar a pólvora cada vez que um juiz toma uma decisão.”

Como é que o domínio destes ditos “arcaísmos” da nossa sociedade se repercute na revolução tecnológica e o que é que deveríamos fazer para não sairmos dela como parte mais fraca?

A tecnologia ajuda-nos muito, mas eu lembro-me perfeitamente que houve uma grande revolta na advocacia portuguesa quando alguém disse que as peças processuais deviam ser enviadas por email. Os advogados diziam que não eram obrigados a ter um computador. Houve uma resistência e só depois é que as pessoas perceberam que era bom. Vejam o esforço que foi preciso para levar as pessoas a acreditar que as novas tecnologias são uma coisa positiva. Eu lembro-me que um querido amigo meu, quando começaram os emails, dizia: “pá, isto é muito perigoso!, se calhar só deviam ter email os sócios!”. Claro que ele rapidamente percebeu que isso não fazia sentido nenhum, mas a primeira reação dele foi que era perigoso. Claro que é perigoso, não há nada mais perigoso que estar vivo. Já viram alguém morto a queixar-se dos riscos da bomba atômica, dos carros a 200km/h e das pandemias? Nada. Os mortos não se queixam, os mortos estão muito felizes. Os vivos é que têm esses problemas todos! Mas se perguntar a alguém se quer trocar, preferem todos estar vivos do que estar mortos. É o problema que às vezes afeta o sistema judicial, a ideia de que a mudança é, por definição, um perigo.

D.

“(…) um querido amigo meu, quando começaram os emails, dizia: “pá, isto é muito perigoso!, se calhar só deviam ter email os sócios!”. (….) É o problema que às vezes afeta o sistema judicial, a ideia de que a mudança é, por definição, um perigo.”

Ainda hoje, na formação da Ordem, há candidatos que dizem que é proibido os advogados falarem com as testemunhas. É um disparate do tamanho da Torre Eiffel! Não se pode preparar um processo sem se falar com as testemunhas. Se não falarem com as pessoas que conhecem o caso, não podem fazer o caso. O que não se pode é tentar conduzir as testemunhas a mentir, mas podem falar com elas.

Resumindo tudo isto, quantas gotas no oceano é que acha que ainda são precisas para reformar a Justiça em Portugal?

Eu estou muito cético que a Justiça se reforme. Acho que vai continuar assim, que vai continuar mal. Foi um tema de que eu me afastei, não porque não pense, não porque não saiba, não porque não tenha ideias, mas porque acho que é uma pura perda de tempo e quero gastar o pouco tempo que me resta em coisas que tenham alguma utilidade.



D.

POLÍTICA

Qual é que foi a melhor coisa que a liberdade já lhe deu? Como é que foi, antes do 25 de abril, não se sentir livre?

A melhor coisa que a liberdade me deu foi a liberdade. É claro que a liberdade é interior, mas é muito mais fácil ter uma liberdade interior se exteriormente não se correr o risco de que alguém decida que os nossos valores e aquilo em que acreditamos não são aceitáveis.

Vocês não estão a viver num tempo de liberdade, é um equívoco. Vocês estão a viver num tempo de inquisição. Hoje em dia, cada vez mais, o que está a acontecer é que há pessoas que têm o poder de determinar o que os outros devem dizer ou não devem dizer. A ideia de que uma pessoa que tenha teorias que não estejam em consonância com a maioria do sentimento dos estudantes, não pode ser Professor. A J. K. Rowling, escritora do Harry Potter, fez história, porque era uma mulher que toda a vida apoiou a causa da diversidade sexual, mas um dia ousou dizer que não admitia que lhe tirassem o seu direito a dizer “eu sou mulher”. Isso foi considerado, por muita gente, como sendo uma ofensa intolerável para as pessoas que, não tendo útero, se consideram mulheres e houve um movimento de cancelá-la e cancelar a sua obra por causa disso. Houve uma professora da Universidade de Exeter, lésbica, que disse algo semelhante e teve de se demitir, porque 95% dos professores lhe disseram pessoalmente que estavam solidários, mas apenas 10% assinou um texto a apoiá-la. Só 10% é que tiveram essa coragem, todos os outros tiveram medo de enfrentar o movimento *woke*. Os desafios à liberdade são de todas as épocas. Há mecanismos de controlo da liberdade. Hoje em dia, as novas tecnologias permitem aos autoritários, ditadores e totalitários controlarem vida das pessoas como nunca o Salazar, se o desejasse, teria conseguido.

A liberdade é uma luta constante, a liberdade é uma flor muito frágil. Todas as flores bonitas duram pouco tempo se não são muito bem tratadas. Vocês não vivem em liberdade, vocês têm de fazer tudo para que haja liberdade. Quando era mais novo dizia: “Eu estou disponível a morrer para que quem diz coisas com as quais eu discordo completamente as possa dizer.”. A liberdade é isto, é aceitar o outro, aceitar a posição do outro, não tentar doutriná-lo, não tentar obrigá-lo a calar-se com medo das consequências. Ser corajoso devia ser e é uma coisa que vem com o facto de sermos seres humanos. A melhor coisa que a liberdade me deu foi ela própria.

“A liberdade é isto, é aceitar o outro, aceitar a posição do outro, não tentar doutriná-lo, não tentar obrigá-lo a calar-se com medo das consequências. (...) A melhor coisa que a liberdade me deu foi ela própria.”

D.

Como é que seria ser comentador político sem liberdade?

Não era possível. Ou então tinha de fazer como na Rússia Soviética, em que havia clandestinos. Eu todas as semanas usufruo da minha liberdade, mas a liberdade vem com uma enorme responsabilidade, que é o que às vezes não existe. Eu não tenho redes sociais, porque nas redes sociais a liberdade não vem acompanhada de nenhuma responsabilidade. As pessoas podem difamar, injuriar, mentir, manipular, sem que lhes aconteça coisa nenhuma. Há uns dias estava a ouvir um jornalista que dizia que hoje em dia é perfeitamente possível ter a tecnologia para que em todo e qualquer *post* se possa identificar quem o fez. No entanto, não se identifica. A responsabilidade é muito importante. Nós somos seres individuais, mas fazemos parte de uma cadeia.

“Eu todas as semanas usufruo da minha liberdade, mas a liberdade vem com uma enorme responsabilidade (...).”

É comentador político por amor à pátria, para a servir de algum modo, ou porque se sente insatisfeito com o país que temos?

Sou comentador político porque gosto de o fazer, porque me dá prazer. Se não o fizesse com gosto, não fazia. Com estes comentários, não faço só amigos, antes pelo contrário, mas digo o que eu acho que deve ser dito. Se quiserem ouvem, se não quiserem não ouvem, mas é um dever cívico. O dever cívico é um

dever ser perante a própria cidade, perante o país. Por isso, sim, faço também por patriotismo, faço por me inserir numa civilização democrático-liberal, que é muito escassa no mundo. A maioria das pessoas no mundo vivem em regimes autoritários e até totalitários. Os países que são democracias liberais são um oásis e eu estou a contribuir para que eles se mantenham e não morram, porque todos os dias estão a morrer. Em terceiro lugar, talvez também faça por...

“Com estes comentários, não faço só amigos, antes pelo contrário, mas digo o que eu acho que deve ser dito. Se quiserem ouvem, se não quiserem não ouvem, mas é um dever cívico.”

Por insatisfação com o país que tem?

Insatisfação. Quando eu era um miúdo, havia um cântico em francês que dizia *“mon pays me fait mal”*. Olho para o país e sinto-me mal e é do sentirmo-nos mal que vem o progresso, de nos sentirmos insatisfeitos. Com esta idade, nesse aspeto, continuo com um espírito juvenil. Continuo a estar insatisfeito com muita coisa. Continuo a estar indignado, irritado, a dizer coisas que muitas pessoas não gostam, mas que eu acho que não podem deixar de ser ditas.

“Olho para o país e sinto-me mal e é do sentirmo-nos mal que vem o progresso, de nos sentirmos insatisfeitos.”

D.



E, mesmo assim, essa insatisfação nunca o levou a querer uma carreira política.

Não, não. Quando gostamos muito de uma coisa é difícil e eu gosto muito da política. Eu não seria suficientemente profissional se estivesse na política. Teria demasiadas ebulições e provavelmente seria um péssimo político. Nunca tive essa vontade. Eu fui advogado do Francisco Sá Carneiro e quando tinha 30 anos ele convidou-me para ser deputado. Eu disse-lhe que não queria fazer uma carreira política e ele disse-me “faz muito bem, trabalhe, junte algum dinheiro, ganhe a sua independência e depois venha para a política”. Eu fiz isso tudo e não fui.

Disse, uma vez, que nunca teve os dois pés na política, porque nunca quis um cargo político. Que razão é que o levou a candidatar-se ao Concelho de Loures, na altura em que era Presidente da Distrital de Lisboa pelo PSD?

Eu tinha aderido ao PSD um pouco em homenagem ao Sá Carneiro, um ano depois da morte dele. Eu podia contribuir para o meu país, melhorando as coisas, nunca sendo deputado. Eu fui Presidente da Distrital de Lisboa e fiz as listas de deputados, mas fui o primeiro Presidente da Distrital de Lisboa que não foi deputado. Eu podia pôr-me na lista e não pus. Eu queria ter uma atividade cívica num partido, mas não uma atividade política. Houve eleições autárquicas e eu senti que aí devia dar o exemplo e ter essa responsabilidade, portanto aceitei ser candidato a um lugar não executivo. Era candidato a Presidente da Assembleia Municipal e candidatei-me ao Concelho onde era menos provável que ganhasse, que era Loures. Apesar de ir numa aliança com o Partido Socialista, o Partido Comunista teve uma maioria absoluta em Loures. Durante quatro anos, fui às reuniões da Assembleia Municipal e cumpri o meu dever, porque me tinha candidatado, mas evidentemente que não quis ter uma vida política, porque se eu quisesse ter uma vida política não era aquilo que escolhia.

D.

A QUINTA DAS LÁGRIMAS

A Quinta das Lágrimas é uma construção que foi palco de uma das grandes histórias de amor e de tragédia em Portugal, a de Pedro e Inês de Castro. Foi local de encontro entre os dois e conta a história que foi nesses jardins que Inês foi morta e daí que as pedras tenham uma cor vermelha. Como é que surge a ideia de aderir a um projeto com a história da Quinta das Lágrimas?

A Quinta das Lágrimas é conhecida desde 1326 e entrou na minha família em 1730. Era do meu avô materno, que um dia, tinha eu 18 anos, chamou-me e disse-me que me queria deixar as Lágrimas em testamento, porque eu era o único que não venderia. Eu disse-lhe que não aceitava, porque o meu avô tinha quinze netos e não podia dar a um sem dar aos outros. O meu avô cortou relações comigo durante uma ou duas semanas, mas eu não aceitei. Passados quinze ou vinte anos, comprei aos meus primos as partes deles, para não os deixar vender (afinal o meu avô tinha razão, os outros queriam vender!). Quando arranjaram um comprador, eu exerci o meu direito de preferência e comprei para não vender. Depois, decidi recuperá-la, porque era a minha vida. Acho que a razão principal porque eu vim ao mundo foi para salvar a Quinta das Lágrimas, não foi para mais nada.

“Quando (os meus primos) arranjaram um comprador, eu exerci o meu direito de preferência e comprei para não vender. (...) decidi recuperá-la, porque era a minha vida. Acho que a razão principal porque eu vim ao mundo foi para salvar a Quinta das Lágrimas, não foi para mais nada.”

Primeiro, surge a Quinta das Lágrimas, depois, a Fundação Inês de Castro.

Sim, a Fundação Inês de Castro resultou exatamente da ideia de preservar. Estava a perder-se um bocadinho a memória de uma grande história de Portugal, uma grande história de amor. Por isso, resolvi criar essa Fundação. Quando tive um grande acidente e direito a uma indemnização do Estado, exigi que essa indemnização fosse paga à Fundação. É uma Fundação muito pequenina, mas que se ocupa de preservar a parte histórica da Quinta. Através da história de Inês de Castro acontecem os grandes sentimentos da humanidade - o amor, a paixão, a vingança, o ódio, a violência, a raiva, a luta política, os conflitos internacionais... está lá tudo.

“Estava a perder-se um bocadinho a memória de uma grande história de Portugal, uma grande história de amor.”

D.

O LEGADO

Um livro que toda a gente devia ler antes de morrer?

São muitos. Praticamente não tenho uma parede sem livros. Podia dizer-lhes muitos livros, mas vou dizer um, que acaba de ser reeditado uma vez mais há dias e que foi para mim muito importante: O mundo de ontem, a autobiografia de Stefan Zweig. Stefan Zweig foi um grande escritor judeu, austríaco. No seu tempo, foi talvez o mais famoso escritor europeu. A certa altura, Hitler tomou poder e ele teve de sair, porque senão ia para um campo de concentração. Quando viu o Hitler a avançar, achou que o Hitler ia comandar, que ia conseguir dominar a Europa e entrou em desespero e suicidou-se. Antes disso, com 41 anos, tinha feito a sua autobiografia. É um livro exemplar, porque descreve como era a Europa antes de 1914 e no que é que a Europa se tornou. Conta a época em que toda a gente diria que a paz ia acontecer, que as guerras tinham acabado, em que os reis eram todos primos na Europa e as pessoas atravessavam as fronteiras sem qualquer problema. Quando começou a 1.ª Guerra Mundial, não só cortaram relações os alemães com os franceses, como passaram a desejar a morte uns dos outros. Vinte anos depois, aconteceu a 2.ª Guerra Mundial. Este livro faz lembrar como a civilização é frágil. Como é preciso lutar por ela. Foi um dos livros da minha vida. Nós aprendemos a ler sobre outros tempos, não porque sejam iguais, mas para percebemos que o que temos é muito muito frágil e que temos de lutar para manter.

“Praticamente não tenho uma parede sem livros.”

Ainda teremos o gosto de ler as suas memórias?

Não, não é provável. Não é provável, porque ando muito ocupado a trabalhar para ter tempo para escrever memórias. Agora, se eu deixar de ser árbitro, por qualquer razão, e se me sentir com saúde e me apetecer, faço. Não está minimamente nos meus planos. Se o fizesse, não seria para falar de mim, seria para falar um pouco do meu tempo. Olhe, um bocadinho o livro do Stefan Zweig.

O que acha do país que a sua geração deixa para os jovens dos dias de hoje?

Temos uma enorme responsabilidade, porque falhámos. Falhámos. O 25 de abril não foi uma coisa unânime, cada um tinha uma ideia do que queria fazer do 25 de abril. Mas, apesar de tudo, há muitas esperanças e todas as esperanças se frustraram. A única que sobreviveu foi, apesar de tudo, a da liberdade, que era a mais importante. A minha geração foi uma geração muito egoísta. Nós tivemos a grande vantagem da liberdade, da concorrência, beneficiámos da EFTA, das

D.

Comunidades Económicas Europeias, de bilhões de dinheiro. Beneficiámos de tanto e ao invés de construir o esperado para a geração seguinte, ou para a terceira geração, construímos muito para a nossa própria geração. Fomos muito egoístas, pensámos muito pouco no amanhã e perdemos as oportunidades que nos foram dadas. É também uma das razões pelas quais eu estou a ter alguma intervenção cívica... é um bocado de penitência.

“Temos uma enorme responsabilidade, porque falhámos. Falhámos.”

Que mensagem é que gostaria de deixar aos que amanhã terão uma cédula e vestirão uma toga?

Sejam livres. Não há liberdade sem advocacia, não há advocacia sem liberdade. Sejam livres. Sejam decentes. Sejam sérios. Não tenham ilusões de que os crimes compensam. Dedicuem-se aos vossos clientes. Procurem trabalhar e fazer outras coisas na vida. Dizia um grande amigo meu, advogado, que “quem só sabe de Direito, sabe muita pouca coisa”. Façam a vossa vida. Sejam advogados se gostarem de ser advogados. É uma profissão muito nobre, é uma profissão muito bonita, é uma profissão que dá muita gratificação.

Como um dia escreveu, já teve filhos, já plantou árvores e já escreveu livros. Entre estes feitos e outros maiores, como é que gostaria de ser lembrado?

Eu não tenho ilusões. Eu vou ser lembrado pelos meus filhos, pelos meus netos e talvez pelos meus bisnetos através de umas fotografias. Ao contrário do que pensamos, nós desaparecemos da história da face do mundo. Alguns acham que ficam. Não ficam nada. Passado algum tempo, já ninguém sabe quem são. Se perguntarem à vossa geração quem foi Marcelo Caetano, é improvável que mais de 5% saibam quem foi e, entre esses, metade vão dizer que ele era coisas que manifestamente não foi (como o primeiro Presidente da República a seguir ao 25 de abril, sei lá, coisas deste género). Ficar na história não é a minha ambição. Eu gostaria de ser lembrado pelos meus filhos, pelos meus netos e pelos meus bisnetos. Talvez pelo sorriso, por uma gargalhada, por algum pequeno exemplo, pelas coisas boas que fiz, e não pelas más (que também fiz e fiz tantas, meu Deus).

“Eu gostaria de ser lembrado pelos meus filhos, pelos meus netos e pelos meus bisnetos. Talvez pelo sorriso, por uma gargalhada, por algum pequeno exemplo, pelas coisas boas que fiz (...).”

Catarina Andrade e Maria Pia Silva

Diretora Nacional e Editor-in-Chief Lisboa do Diurna.

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.

Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.

RUI PINTO DUARTE
&
CAROLINA PITTA E CUNHA

O QUE É A ARBITRAGEM E
QUANDO PODE SER UTILIZADA
EM PORTUGAL?



D.

Para responder ao desafio de escrever um texto de divulgação destinado à comunidade académica em geral, e não só a estudantes de Direito, optou-se por abordar apenas duas questões: o que é a arbitragem e quando pode ser utilizada em Portugal? As respostas resultarão de uma definição inicial e elementar seguida de três breves notas que, em alusão a três características frequentemente apontadas à arbitragem, nos parecem úteis para a sua compreensão.

A título preliminar, esclareça-se que a arbitragem a que fazemos referência não é aquela de que falamos a propósito das partidas futebolísticas, ou outras partidas desportivas – e que, porventura, mais interessaria à maioria dos leitores. É antes aquela que traduz a resolução de litígios por um decisor privado, e é, como tal, e com maior ou menor latitude, admitida pelas leis da generalidade dos países (e, no caso português, pela própria Constituição). Embora quando se fala *nesta* arbitragem se vise sobretudo a arbitragem que assenta num acordo das partes (a chamada arbitragem voluntária), também há casos (não muitos) em que é a própria lei a impô-la como forma de resolução de litígios alternativa aos tribunais estaduais (a chamada arbitragem necessária).

“(…) a arbitragem a que fazemos referência não é aquela de que falamos a propósito das partidas futebolísticas, ou outras partidas desportivas – e que, porventura, mais interessaria à maioria dos leitores. É antes aquela que traduz a resolução de litígios por um decisor privado (…).”

Com esta primeira aproximação, a primeira nota que nos parece adequada respeita, precisamente, ao frequente enquadramento da arbitragem como alternativa à jurisdição estadual. A par da arbitragem, constituem “meios de resolução alternativa de litígios” a mediação e a conciliação. A arbitragem é, dos meios referidos, aquele que – em alternativa aos tribunais estaduais (incluindo, em Portugal, os julgados de paz, com competência facultativa para certos conflitos de valor reduzido e também, por vezes, agrupados nos “meios de resolução alternativa de litígios”) – permitirá aos cidadãos, empresas e outras entidades a obtenção de uma decisão que, pondo termo a determinado litígio, se poderá tornar definitiva e obrigatória para as partes no litígio. Assim, ainda que a intervenção de um mediador ou de um conciliador possa revelar-se, em alguns casos, suficiente, e até o meio mais apropriado (designadamente, em termos de tempo e de custos), para chegar a um *acordo* de resolução de um litígio, só pela via arbitral é possível obter uma *sentença*, ditada por uma *terceira entidade com poderes decisórios* (o tribunal arbitral), que vinculará as partes nos mesmos termos que uma sentença proferida pelos tribunais estaduais, ou seja, passível de dar lugar a uma ação executiva no caso de a parte ou as partes obrigadas a certos comportamentos por meio dessa decisão não a cumprirem voluntariamente. A arbitragem será, assim, muitas vezes o caminho a considerar, ao lado da possibilidade de recurso aos tribunais estaduais, no caso de ser inviável um acordo, ou se terem frustrado as suas tentativas pelas demais

D.

vias de resolução extrajudiciais e *extrajurisdicionais* (como a conciliação e a mediação) – não estando as partes obviamente impedidas de, no decurso de uma arbitragem, alcançarem um acordo para pôr termo ao litígio entre si e, conseqüentemente, ao processo arbitral.

“(…) ainda que a intervenção de um mediador ou de um conciliador possa revelar-se, em alguns casos, suficiente (...), só pela via arbitral é possível obter uma sentença, ditada por uma terceira entidade com poderes decisórios (o tribunal arbitral), que vinculará as partes nos mesmos termos que uma sentença proferida pelos tribunais estaduais (...).”

A segunda nota prende-se com o âmbito (quase) universal da arbitragem, isto é, com o sem número de litígios em que esta pode ser usada como alternativa aos tribunais estaduais. Em Portugal, o recurso à arbitragem é possível em relação a litígios envolvendo cidadãos, empresas, o Estado português, outros entes públicos e até Estados estrangeiros, relativos a diferentes áreas jurídicas e setores de atividade, e respeitantes a situações exclusivamente localizadas em Portugal ou internacionais. Não significa isto – e em conexão com o que se disse antes – que a arbitragem seja opção relativamente a todos os litígios, nem sequer em relação a todos aqueles que poderiam, teoricamente, ser resolvidos através da mediação ou da conciliação, ou julgados pelos tribunais estaduais. Há questões que, segundo a lei portuguesa, não podem senão ser julgadas pelo Estado (por exemplo, os ilícitos penais) e questões que, podendo ser submetidas a mediação, a conciliação e aos tribunais judiciais, não podem ser decididas pela via arbitral (por exemplo, os litígios relativos aos direitos e deveres emergentes no seio das relações familiares, quando não tenham caráter patrimonial). Feitas estas ressalvas gerais, é bastante alargado e diverso o âmbito reconhecido à arbitragem no direito português e na

prática em Portugal. Admite-se a constituição de tribunal arbitral – por imposição legal (arbitragem necessária) ou por acordo das partes (arbitragem voluntária), e com limitações e particularidades – em domínios tão diferentes como os contratos comerciais em geral, os contratos de consumo, os contratos de seguro, a indústria do desporto, as relações administrativas e fiscais (designadamente, entre o Estado e os cidadãos), as relações de trabalho, a propriedade industrial, o comércio internacional, a proteção dos investimentos realizados por entidades estrangeiras em Portugal e por investidores portugueses no estrangeiro, e até as relações entre Estados e outros sujeitos de Direito Internacional Público. Esta abrangência, conjugada com o caráter instrumental do processo arbitral, explica que haja hoje advogados e árbitros que se dedicam quase em exclusivo a algumas “espécies” de arbitragem (por exemplo, a “arbitragem comercial”, a “arbitragem administrativa” ou, dentro delas, a “arbitragem de construção”), em função da área do direito substantivo e dos setores da sua especialização.

“(…) (há hoje) advogados e árbitros que se dedicam quase em exclusivo a algumas “espécies” de arbitragem (...).”

D.

Finalmente, uma última nota para fazer referência à vocação internacional da arbitragem – ou à arbitragem internacional, que é objeto de regulação específica no ordenamento jurídico português. A arbitragem pode ser utilizada para resolver litígios puramente internos (por exemplo, um litígio surgido entre empresas portuguesas relativamente a um contrato celebrado e destinado a ser cumprido em Portugal) ou transfronteiriços (por exemplo, um litígio surgido entre uma empresa portuguesa e uma empresa estrangeira). Em especial quanto aos litígios internacionais, o recurso à arbitragem poderá ter como pontos favoráveis, além das demais potenciais vantagens que lhe são tipicamente associadas (em particular, a celeridade e a flexibilidade processuais), proporcionar às partes a escolha de uma sede (isto é, o lugar onde a arbitragem decorrerá) e de um tribunal arbitral “neutros”, no sentido de não terem ligação a qualquer das partes ou aos demais elementos relacionados com o litígio em questão. A essa vantagem de neutralidade, acresce a existência, no plano internacional, de uma convenção que, procurando promover o comércio internacional e a resolução dos litígios emergentes nesse contexto por via da arbitragem, consagra um regime muito favorável ao reconhecimento e à execução de sentenças arbitrais estrangeiras nos Estados a ela vinculados – atualmente, mais de 170 Estados, incluindo todos os Estados europeus (com exceção do Kosovo), o Reino Unido, os Estados Unidos da América e o Brasil. Havendo embora convenções internacionais e regulamentos europeus que estabelecem regras com vista a facilitar o reconhecimento e a execução das sentenças estrangeiras proferidas por tribunais de outros Estados, nenhum tem o alcance da referida convenção (celebrada em 1958 em Nova Iorque), o que justifica que a arbitragem possa ser, por vezes, um meio mais apelativo para resolver os litígios relacionados com contratos internacionais do que o recurso aos tribunais de certo Estado.

“(…) quanto aos litígios internacionais, o recurso à arbitragem poderá ter como pontos favoráveis (…) proporcionar às partes a escolha de uma sede (isto é, o lugar onde a arbitragem decorrerá) e de um tribunal arbitral “neutros” (…).”

Rui Pinto Duarte e Carolina Pitta e Cunha

Professor Catedrático e Assistente Convidada da Faculdade de Direito
(Católica em Lisboa)

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.

Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.



A INDIGNA AGENDA PARA O TRABALHO

Tem sido um hábito nos últimos anos apresentar propostas legislativas com nomes pomposos, como se o título do diploma produzisse um efeito automático sobre as relações que visa regular. Porém, a realidade não é assim tão simples.

A Agenda para o Trabalho Digno foi apresentada como uma grande reforma da legislação laboral com o objetivo de melhorar de forma significativa a proteção dos trabalhadores. Decorrido meio ano sobre a entrada em vigor, já se pode fazer um balanço inicial. A legislação deveria partir de um diagnóstico da realidade e procurar soluções com as quais os seus destinatários se identificassem minimamente. Infelizmente, não foi isso que sucedeu.

“A legislação deveria partir de um diagnóstico da realidade e procurar soluções com as quais os seus destinatários se identificassem minimamente. Infelizmente, não foi isso que sucedeu.”

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.
Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.

Em relação ao processo legislativo, nos últimos anos abandonou-se a prática de negociar com os parceiros sociais. A negociação mantém-se apenas em algumas matérias, mas não nas questões de fundo, o que é de lamentar.

A nova lei inclui aspetos positivos, entre os quais se destaca o alargamento da proteção do cuidador informal, a ampliação das faltas justificadas por falecimento do cônjuge, a dignificação do regime do estagiário, a simplificação de contrato com estudante em período de férias e alguma simplificação administrativa.

Porém, a nova lei não dá resposta às profundas transformações do trabalho, nomeadamente a digitalização, automatização, aumento do trabalho remoto, especialização de serviços e incremento da economia colaborativa.

“(…) a nova lei não dá resposta às profundas transformações do trabalho, nomeadamente a digitalização, automatização, aumento do trabalho remoto, especialização de serviços e incremento da economia colaborativa.”

O teletrabalho foi remendado, não tendo sido encontradas respostas para os desafios que esta forma de trabalho suscita nos diversos tipos de organizações e com propósitos muito distintos entre elas. Mesmo a questão da compensação pelas despesas, que foi tão falada no tempo da pandemia, acabou por ser reduzida a praticamente nada.

“O teletrabalho foi remendado, não tendo sido encontradas respostas para os desafios que esta forma de trabalho suscita nos diversos tipos de organizações e com propósitos muito distintos entre elas.”

Também não há respostas para as crescentes necessidades de especialização e automação. Antes pelo contrário, insiste-se no combate ao outsourcing, adotando-se uma visão antiquada, segundo a qual o empregador deve, por defeito, integrar todas as competências na sua organização. Seria mais interessante adotar uma visão moderna em que as empresas, sobretudo as grandes, teriam de ter um controlo mínimo sobre toda a cadeia de valor.

Quanto à economia colaborativa, uma das grandes bandeiras é a nova presunção de laboralidade aplicável aos trabalhadores que prestam atividade através de plataformas. O legislador português antecipou-se a uma proposta de diretiva da União Europeia, criando uma norma específica de presunção de contrato de trabalho.

D.

No entanto, não sabemos se aquela proposta de diretiva será aprovada e em que termos, pelo que é possível que a nova legislação nacional não seja compatível com essa futura diretiva. Acresce que o legislador não se limitou a copiar os critérios previstos na proposta de diretiva, mas acrescentou conceitos indeterminados, confusos e inclusivamente alguns que pressupõem a existência de uma relação laboral. É tudo aquilo que se deve evitar numa presunção legal. Ao invés de regular uma realidade nova e ir ao encontro das necessidades e interesses dos envolvidos, privilegiou-se uma atuação política orientada para as plataformas de transportes e serviços de entregas.

No que se refere aos problemas específicos do mercado português, não há respostas concretas que visem o aumento da produtividade, a redução da taxa de desemprego jovem, a segmentação do mercado de trabalho, a necessidade de enquadrar e apoiar uma população cada vez mais envelhecida e falta de dinamismo da negociação coletiva.

Algumas das medidas até são contrárias àqueles objetivos. Existem alterações que fomentam o absentismo. Intensifica-se a lógica de limitar ao máximo os contratos a termo e sucessivos, mesmo em situações em que o empregador não conheça o contrato anterior,

e sem que tais medidas sejam acompanhadas por outras ferramentas de flexibilização.

Para além disso, existem várias soluções que parecem pouco equilibradas, incluindo normas que suscitam dúvidas de constitucionalidade, o que poderá conduzir a vários anos de insegurança jurídica.

(...) existem várias soluções que parecem pouco equilibradas, incluindo normas que suscitam dúvidas de constitucionalidade, o que poderá conduzir a vários anos de insegurança jurídica.

Existem também medidas que potenciam o aumento da litigância, como por exemplo a nova invalidade da remissão abdicativa extrajudicial e o alargamento de situações em que o Ministério Público pode litigar em representação do trabalhador, mesmo contra a vontade deste, o que é suscetível de criar mais estrangimentos do que proteção efetiva.

Aumenta-se ligeiramente o valor da compensação por despedimento, mas tornando o cálculo ainda mais complexo.

Enfim, a dignidade do trabalho depende das partes. Já a agenda, permanecerá indigna.

José Pedro Anacoreta

Sócio da área de laboral da PLMJ

D.



A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA

O CASO META PLATFORMS

Fiscalizar a utilização indevida de dados pessoais é uma preocupação crescente das entidades reguladoras. Nos novos modelos de negócios, desenvolvidos por grandes empresas tecnológicas, o acesso, recolha e tratamento de dados em larga escala é um elemento fundamental. De facto, a posse, e a utilização, de dados pessoais consideráveis confere às empresas não só um poder de mercado significativo, como lhes permite a criação de barreiras à entrada de empresas concorrentes e ainda a adoção de condutas abusivas. Surgem, no entanto, dúvidas sobre a competência das autoridades da concorrência para chamarem à colação os standards de proteção de dados pessoais na interpretação e aplicação do direito da concorrência. Será que o tratamento de dados sensíveis por parte das grandes empresas tecnológicas, e a ausência de um consentimento verdadeiramente livre em relação a uma empresa em posição dominante, são questões pertinentes no âmbito do direito da concorrência? Integrar tal juízo de valor na análise concorrencial não excede as competências das autoridades da concorrência?

“(...) a posse, e a utilização, de dados pessoais consideráveis confere às empresas não só um poder de mercado significativo, como lhes permite a criação de barreiras à entrada de empresas concorrentes e ainda a adoção de condutas abusivas.”

Estas foram algumas das questões prejudiciais colocadas ao Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Regional Superior de Düsseldorf. Em causa estava um litígio que opunha as sociedades do grupo Meta Platforms (que gere a rede social Facebook) à autoridade alemã da concorrência (Bundeskartellamt). Esta última proibiu o grupo Meta de tratar os dados previsto pelas condições gerais de utilização da sua rede

social Facebook, uma vez que tal tratamento não respeitava o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). A Meta Platforms gere a rede social Facebook e ainda outros serviços, como o Instagram e o WhatsApp. O modelo de negócio consiste em oferecer serviços de rede social “gratuitos” para os utilizadores privados, desde que estes, em contrapartida, forneçam determinados dados pessoais. A Meta celebra

D.

um contrato de utilização em que os indivíduos interessados no Facebook aceitam a recolha dos seus dados provenientes de outros serviços do grupo, ou de terceiros, e o cruzamento desses dados com a sua conta Facebook, o que permite à empresa definir o perfil do utilizador e vender depois essas informações. Ou seja, a Meta vende publicidade on-line personalizada e justifica a sua atuação alegando que é uma rede social financiada pela publicidade. A autoridade da concorrência alemã considerou, no entanto, que essas práticas de processamento de dados violavam o RGPD e constituíam um abuso de posição dominante no mercado das redes sociais para os utilizadores privados na Alemanha. A empresa não se conformou com a decisão e recorreu para o Tribunal Regional Superior de Düsseldorf, o qual questionou o Tribunal de Justiça sobre a competência das autoridades da concorrência para analisarem o tratamento de dados pessoais no âmbito do direito da concorrência.

“(...) a Meta vende publicidade on-line personalizada e justifica a sua atuação alegando que é uma rede social financiada pela publicidade.”

Em 4 de Julho de 2023, o Tribunal de Justiça adotou uma decisão histórica neste domínio, decidindo essencialmente o seguinte: (1) As autoridades da concorrência podem concluir pela violação das regras de proteção de dados pessoais, quando tal juízo for necessário

para estabelecer a existência de um abuso de posição dominante; (2) É necessário o consentimento dos utilizadores da rede social para o processamento de dados dentro e fora dos serviços da rede social; (3) Apesar da posição dominante da empresa no mercado das redes sociais não impedir o utilizador de prestar o seu consentimento de forma livre, acaba por afetar a sua liberdade de escolha, cabendo à empresa provar que o consentimento é válido; (4) As autoridades da concorrência e as autoridades de controlo (que garantem a proteção de dados) devem coordenar os seus comportamentos à luz do princípio da cooperação leal, sendo, em todo o caso claro que as autoridades da concorrência não substituem as autoridades de controlo e devem consultar e cooperar com essas autoridades.

Apesar dos esclarecimentos relevantes prestados neste acórdão, a questão da interação entre a proteção de dados pessoais e a defesa da concorrência não está fechada, merecendo uma reflexão aprofundada a coordenação da atuação das autoridades da concorrência com as autoridades nacionais de controlo, uma vez que nenhum instrumento da União Europeia prevê regras específicas para esta cooperação.

“Apesar dos esclarecimentos relevantes prestados neste acórdão, a questão da interação entre a proteção de dados pessoais e a defesa da concorrência não está fechada (...).”

Sofia Oliveira Pais

Professora Associada da Faculdade de Direito
(Católica no Porto)

Diurna.

D.

O DIREITO E AS BARREIRAS: UM ASSUNTO DE TODOS

Nos últimos tempos, temos assistido à consagração de novos regimes jurídicos e à reforma de outros já existentes, em vários domínios do Direito, tendo em vista o alinhamento do nosso sistema com as diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). A Convenção tem assumido o papel de “farol” nesta renovação necessária. Todavia, e como é natural, não é o único motor da mudança: toda uma consciência em torno da vulnerabilidade (rectius, situações que reclamam maior apoio) vai ganhando forma, abandonando-se, progressivamente, uma ideia de mera proteção da pessoa e assumindo-se como escopo a eliminação de barreiras que se ergam à sua efetiva e plena inclusão na sociedade, em igualdade de oportunidades com os demais.

A concretização dos desígnios da Convenção é um assunto que diz respeito a todos. No plano jurídico, desde logo, cada um de nós pode ser ou vir a ser, no futuro, beneficiário dos meios de apoio de implementação mais recente. Por outro lado, podemos ser chamados – hoje ou amanhã – a exercer certas “funções” previstas nos diversos regimes.

“A concretização dos desígnios da Convenção é um assunto que diz respeito a todos. No plano jurídico, desde logo, cada um de nós pode ser ou vir a ser, no futuro, beneficiário dos meios de apoio de implementação mais recente.”

Assim se passa, por exemplo, com a função de acompanhante (o regime jurídico do acompanhamento de maiores, introduzido no Código Civil pela Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto, entrou em vigor em fevereiro de 2019). A medida de acompanhamento pode assumir contornos muito variáveis, por força dos princípios da necessidade e da proporcionalidade, cabendo a cada acompanhante determinados deveres e incumbências moldados pela lei e, sobretudo, pela sentença. Hoje, ao acompanhante podem ser cometidas funções não representativas, de mero apoio ou zelo (p. ex., “supervisionar a frequência de consultas” e o “cumprimento do esquema terapêutico prescrito” – Ac. do TRE de 24-03-2022 (249/21.2T8STR.EI)).

D.

Noutro plano, cumpre lembrar que o novo Estatuto do Cuidador Informal (Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, e Decreto Regulamentar n.º 1/2022, de 10 de janeiro) concretiza os direitos e os deveres de quem “acompanha e cuida” de outra pessoa que se encontre em certa situação de dependência, quando se trate de cônjuge ou unido de facto, parente ou afim com estatuto reconhecido.

Para além de acompanhante e/ou cuidador/a informal, cada um pode vir a ser escolhido como “pessoa de confiança” para prestar apoio no exercício de certos direitos a familiar ou amigo com necessidade de cuidados de saúde mental, ao abrigo da recentemente aprovada nova Lei da Saúde Mental (Lei n.º 35/2023, de 21 de julho, arts. 2.º, al. c), e 9.º). Pode, ainda, assumir-se como gestor de negócios, com deveres de comunicação ao Ministério Público (art. 13.º da mesma Lei). Já no âmbito da concretização antecipada da vontade, merece referência o mandatário com vista a acompanhamento (art. 156.º do Código Civil) e o procurador para cuidados de saúde (Lei n.º 25/2012, de 16 de julho).

Este breve excurso já desvela como é importante conhecer os diversos regimes, institutos e negócios jurídicos que podem surgir num contexto de necessidade de apoio e que entre si dialogam: está em causa um pleno exercício dos nossos direitos e/ou um melhor desempenho das funções que formos chamados a desempenhar.

“(…) é importante conhecer os diversos regimes, institutos e negócios jurídicos que podem surgir num contexto de necessidade de apoio e que entre si dialogam (…).”

Claro está que cada “função” referida tem contornos muito próprios, desenhados pela lei, pela sentença, por relações de facto ou por negócios jurídicos previamente celebrados. É possível, ainda assim, identificar alguns princípios gerais que devem nortear a atuação de todos os atores ou intervenientes, tais como: i) a primazia da vontade e preferências da pessoa apoiada; ii) a promoção e viabilização da sua vida independente; iii) a salvaguarda contra conflitos de interesse e influências indevidas (vd. arts. 12.º e 19.º da CDPD). Estas orientações resultam da Convenção, mas também se ancoram na consciência de uma comunidade marcada pela cidadania responsável, pela solidariedade familiar e social e que tem por matriz a dignidade da pessoa humana.

Marta Rosas

Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Direito
(Católica no Porto)

Diurna.

D.



O DESPORTO TEM CASOS A MAIS E CAUSAS A MENOS

A falta de cultura desportiva em Portugal é gritante. Infelizmente o nosso país tem uma das mais baixas taxas de praticantes de atividade física da Europa. Temos um sedentarismo elevado que nos coloca imensos problemas de saúde pública. O país precisa de uma estratégia que implementa a prática de atividade física nas crianças do primeiro ciclo para criar hábitos dessa prática desde muito cedo.

“Em Portugal confunde-se a cultura desportiva com a cultura clubística. Infelizmente temos uma forte cultura clubística, por vezes até exagerada, e uma baixa cultura desportiva.”

Em Portugal confunde-se a cultura desportiva com a cultura clubística. Infelizmente temos uma forte cultura clubística, por vezes até exagerada, e uma baixa cultura desportiva. Discute-se em excesso os clubes e falta discutir a verdadeira essência do desporto. Fala-se muito de Futebol e pouco das outras modalidades, sendo isto também um sinal relevante de baixa cultura desportiva.

O Desporto foi olímpicamente ignorado pelos diversos governos, infelizmente nunca foi uma opção verdadeiramente estratégica. Os dirigentes desportivos em Portugal são autênticos Heróis e são quem tem cada vez mais obrigações e cada vez menos direitos. As Federações desportivas, as associações distritais e regionais, bem como os clubes desportivos são quem presta verdadeiro serviço público desportivo substituindo-se ao Estado.

Confesso que ainda depositei esperanças no PRR mas mostro agora a minha preocupação e desilusão. Recuperar Portugal, construindo o Futuro – PRR Plano de Recuperação e Resiliência, que é um documento estratégico onde estão plasmadas as reformas estruturais fundamentais para sairmos desta brutal crise. O PRR representa um envelope financeiro de 14 mil M€ e tem um período de execução até 2026, só que o Desporto é olímpicamente ignorado, constando apenas uma simples referência numa breve passagem relativamente à Estratégia Nacional para a inclusão das pessoas com deficiência, resumindo, 143 páginas e ZERO, repito, ZERO de Desporto.

Diurna.

D.

A maioria dos países europeus consideram a aposta no Desporto como decisiva para a recuperação da sua população e vão investir milhões no Desporto procurando uma relação direta com as políticas de saúde, qualidade de vida, economia e fundamentalmente para a alegria das nossas crianças e ter uma população menos sedentária e muito mais feliz.

A aposta na formação desportiva é claramente o instrumento mais barato de saúde pública e o Governo precisa urgentemente de dar sinais concretos e palpáveis. Chegou o momento do Desporto se unir e mostrar a sua importância estratégica para Portugal, argumentando de forma consistente para convencer uma certa inteligência que não dá a devida relevância ao fenómeno desportivo. O Desporto não pode agora cruzar os braços, vai ter que arregaçar as mangas e lutar por aquilo a que tem direito e não pode voltar a ser olímpicamente ignorado.

“Chegou o momento do Desporto se unir e mostrar a sua importância estratégica para Portugal, argumentando de forma consistente para convencer uma certa inteligência que não dá a devida relevância ao fenómeno desportivo.”

Importa referir que os 10 programas mais vistos da televisão em Portugal são jogos de futebol, fundamentalmente da Seleção Nacional e dos clubes portugueses nas competições europeias. Destaco ainda que a Seleção Nacional de Futebol é uma das situações que mais une Portugal e os portugueses. Associado ao sucesso está o talento dos portugueses, mas também o trabalho, esforço, dedicação e sacrifício que a comunidade desportiva faz. Destaco o trabalho dos treinadores, dos clubes, dos dirigentes e também das universidades que hoje são fundamentais na investigação e desenvolvimento.

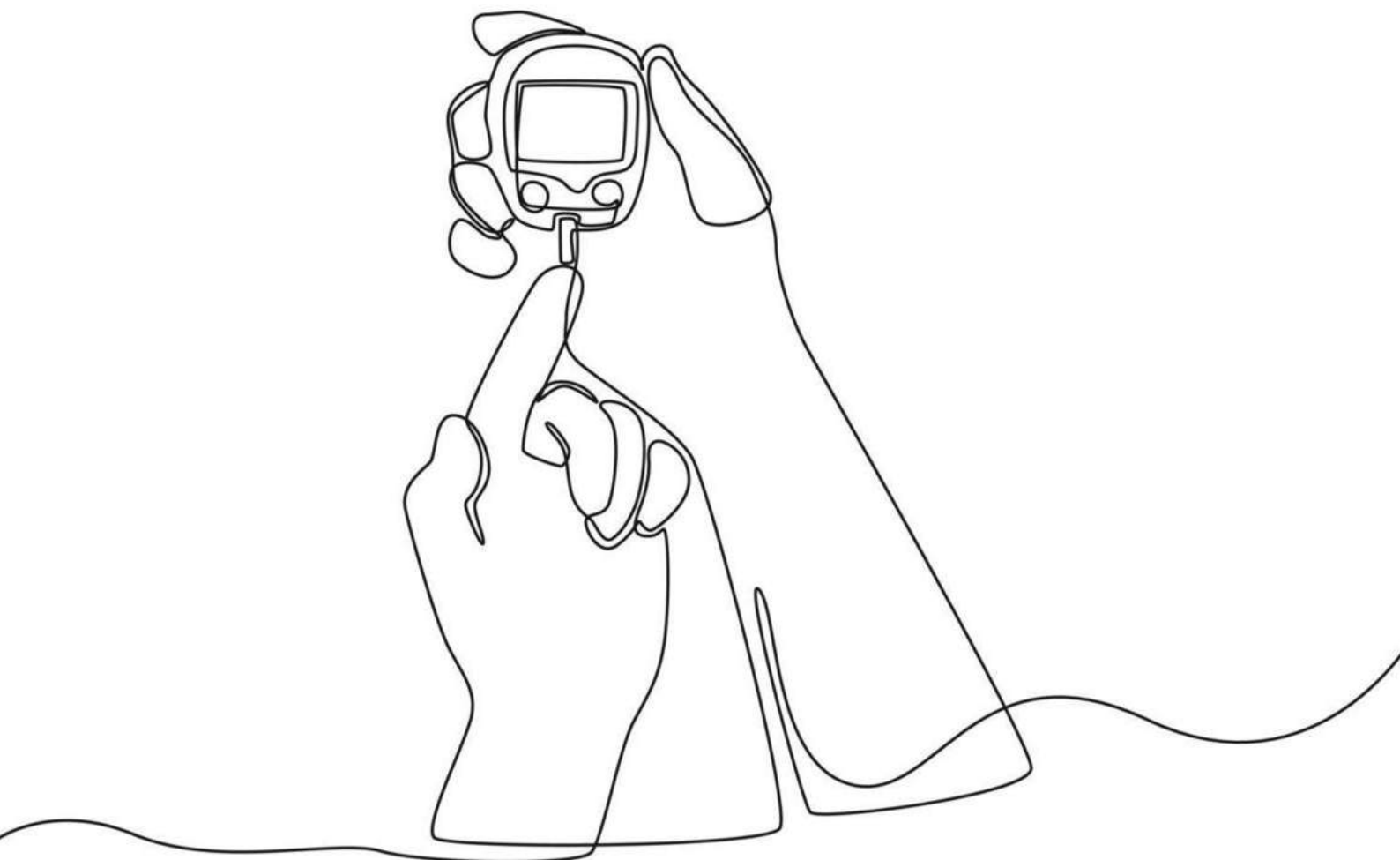
Aqui aplica-se o lema “juntos somos mais fortes”, mas para isso precisamos de alterar aquela mentalidade das “capelinhas” que infelizmente é tão característica no nosso país. O diálogo entre os protagonistas é absolutamente fundamental para o sucesso. Temos que saber remar todos para o mesmo lado e concentrar as nossas energias do que é verdadeiramente essencial. O Desporto em Portugal tem “casos” a mais e “causas” a menos ...

Hermínio Loureiro

**Ex-Presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional
Ex-Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Futebol**

Diurna.

D.



DIABETES

O RETRATO DO NOSSO MUNDO

D.

Passámos recentemente pelo mês de novembro, um mês em que muito se falou de diabetes (o dia 14 de novembro foi proclamado pelas Nações Unidas como o Dia Mundial da Diabetes).

Do que falámos?

- Do número de pessoas que vive com diabetes – mais de 1 milhão de pessoas vive em Portugal com diabetes, mas calculamos que cerca de 300.000 não sabem o seu diagnóstico. No mundo existem mais de 537 milhões de pessoas com diabetes (e cerca de 40% desconhece o seu diagnóstico).
- Do número de pessoas que morre por diabetes – a diabetes é a causa direta de 4% das mortes e está fortemente associada às mortes por AVC, enfarte de miocárdio e insuficiência cardíaca.
- Do número de pessoas que “sofre” pela diabetes – a diabetes é a principal causa de cegueira, amputações dos membros inferiores, hemodiálise, doença hepática esteatósica associada a disfunção metabólica (MAFLD) e está ainda muito associada às doenças neurodegenerativas e a várias alterações da saúde mental. Quem vive com diabetes terá maior risco de piores resultados de saúde se tiver uma doença oncológica, qualquer tipo de infeção ou, na verdade, qualquer outra doença.
- Dos custos da diabetes – a diabetes representa no nosso país cerca de 10% do total dos custos de saúde (2.128 milhões de euros, cerca de 1% do PIB).

Do que não falámos?

- De que os números, de tão grandes, banalizaram uma situação grave. Parece “normal” ter diabetes.
- De que a diabetes, tal como muitas outras doenças, afeta desproporcionalmente a nossa população – são os mais velhos, os mais pobres, os mais isolados que têm mais diabetes e piores resultados no seu controlo e complicações.
- Do estigma de “viver com diabetes” (“ser diabético”), porque associamos a diabetes às más escolhas em relação à alimentação e à inatividade física – “culpa” de quem a tem!
- De que se vivemos num mundo em que a diabetes está em crescimento isso deve-se ao esforço da humanidade ao longo de milhares de anos para poder ter acesso mais fácil a comida com menor dispêndio energético. Nessa nossa ambição não antecipámos um processo de seleção que nos protege da escassez alimentar, mas que nos é adverso no caso de ofertas alimentares desadequadas, hipercalóricas e nutricionalmente pouco interessantes.

“ (...) o dia 14 de novembro foi proclamado pelas Nações Unidas como o Dia Mundial da Diabetes.”

D.

Do que precisamos de falar?

Precisamos discutir a nossa responsabilidade individual, familiar, comunitária para podermos fazer diferente. A diabetes, a exemplo de outras, é uma doença do nosso modelo de sociedade.

Neste momento sabemos que o número de pessoas com diabetes vai continuar a subir, que idealmente teremos estratégias mais eficazes para diagnosticar mais cedo e que teremos medicamentos e tecnologia com resultados espetaculares no controlo da diabetes e redução de complicações. Teremos também cada vez melhores tratamentos para quem já tem complicações associadas à diabetes. Sabemos também que precisamos de mais equipas multidisciplinares com forte implantação comunitária e queremos que estas sejam devidamente valorizadas pelo trabalho que efetuam. Os custos com a diabetes vão continuar a subir e a ameaçar a sustentabilidade do nosso sistema de saúde, aumentando ainda mais os riscos de desigualdades em saúde.

Precisamos de inverter este panorama. Para isso precisamos de estratégias eficazes de prevenção. Precisamos de revisitar o lema da “saúde em todas as políticas”. Teremos de ter um modelo de sociedade que seja naturalmente promotor de saúde, que promova alimentação saudável e atividade física em ambientes urbanos ou rurais adequados (com combate ao isolamento social tão presente em qualquer deles neste momento), com horários de trabalho (e vencimentos) que permitam usufruir a vida, família e amigos. A saúde não é um fim em si mesmo, mas algo que nos permita atingir os nossos sonhos.

Precisamos de sair da sociedade que julga e culpabiliza quem tem diabetes para uma sociedade solidária que se organiza e se ajuda. Todos precisamos de saber o nosso papel, e todos temos um papel – fazer o melhor pela nossa saúde e de todos os que estão perto de nós. Mas todos precisamos de saber que todos temos a responsabilidade por lutar por uma sociedade melhor, mais solidária e por isso mais saudável.

“Precisamos de sair da sociedade que julga e culpabiliza quem tem diabetes para uma sociedade solidária que se organiza e se ajuda.”

Passou um mês de novembro, o mês da diabetes. Era tão bom no próximo ano podermos falar de mais do que os números da diabetes...

João Filipe Raposo

Presidente da Sociedade Portuguesa de Diabetologia

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.

Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.



DOR

por Rita Canaipa

É um truísmo afirmar que a dor é subjetiva. Todos sabemos que esta experiência intensa, pode mudar e muda de acordo com a pessoa que dela sofre, com o momento em que se sente e, sobretudo, de acordo com as emoções e os pensamentos daquele que a sente. Tão clara para todos nós quando surge, mas ao mesmo tempo, tão difícil de definir, de quantificar, de exprimir e de tratar.

A forma como o cérebro constrói esta experiência reflete a intrincada rede que poderá explicar por que precisamos de sofrer dor. É uma sensação, afinal precisamos de saber onde e como dói; é uma emoção, desagradável, ou não nos levaria a evitá-la; é uma cognição, porque é preciso integrá-la na restante atividade cognitiva, defini-la, monitorizá-la e memorizá-la, e é também uma motivação, exige resposta, evitamento, exige que tudo façamos para que não volte a ocorrer. Nesse sentido, é mais próxima de motivações como a sede ou a fome, que exigem ação, mudança no comportamento, do que de uma mera emoção negativa que se integra passivamente.

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.

Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.

“A forma como o cérebro constrói esta experiência reflete a intrincada rede que poderá explicar por que precisamos de sofrer dor.”

A dor é, pois, um sinal de aprendizagem, sinaliza perigo e induz respostas de ajustamento para que quem dela sofre a evite, deste modo evitando lesões e garantindo a sobrevivência. Para algumas pessoas, a dor torna-se crónica. Neste caso, mantém-se no tempo, muitas vezes depois da lesão que a originou já não existir, perdendo eventualmente a sintonia com o estímulo que a originou. Parece desligada da realidade, longe do seu potencial de proteção. Passa a ser “a doença”. Quem dela sofre modifica a sua vida tendo em conta a sua presença, evita situações em que acredita que a dor pode aumentar, sofre pela incompreensão do que a mantém e pelas perdas sociais, económicas e pessoais que ela induz. Afinal que perigo sinaliza, neste caso, a dor, se não há lesão que “justifique”? Apesar de todo o interesse científico e clínico na resposta a esta pergunta, muitas pessoas continuam a viver com dor crónica sem o adequado tratamento. A dor faz parte da vida, mas terá de ser assim?

Para muitos a justificação está nas emoções. É porque a vida é difícil e algumas pessoas, menos apetrechadas para a ela resistir, sucumbem ao sofrimento. É porque estão deprimidas, ansiosas. As emoções negativas e perturbações emocionais a que estas condições se associam são, para muitos, a causa da dor crónica. Mas a questão é bastante mais complexa, já que o tratamento da dor crónica continua a ser pouco eficaz. Muitas intervenções têm sido feitas por psicólogos tudo fazendo para reequilibrar de um ponto de vista emocional pessoas que têm dor crónica, na esperança de que se a pessoa se encontrar mais adaptada, estável e até “feliz”, a dor desaparecerá. Anos de abordagens da Psicologia tradicional são claras: certamente aqueles que sofrem de perturbações emocionais beneficiam da intervenção psicológica, demonstrando benefícios emocionais importantes. Mas... e a dor? A dor persiste! É preciso ir mais longe.

“Para algumas pessoas, a dor torna-se crónica. (...) Parece desligada da realidade, longe do seu potencial de proteção. Passa a ser “a doença”. Quem dela sofre modifica a sua vida tendo em conta a sua presença (...).”

As teorias baseadas na chamada Hipótese do Cérebro Bayesiano têm tentado compreender a dor a partir da ideia de que o cérebro utiliza tanto os sinais que recebe do exterior, como as suas experiências e aprendizagens passadas, na construção da dor. Como qualquer perceção, a dor é assim construída a partir de dois “caminhos”, por um lado resulta dos sinais sensoriais ascendentes recebidos (da lesão, ou em casos em que não se identifique, da atividade dos recetores de dor), por outro lado, resulta também das características de quem interpreta, das expectativas, condicionamentos e outras aprendizagens construídas ao longo da vida e, que permitem dar sentido e

D.

significado a esses sinais ascendentes. A dor crónica parece resultar, simultaneamente, da dificuldade em estar em sintonia com os sinais ascendentes que o corpo recebe, de perceber estados neutros ou positivos do corpo, bem como da aprendizagem ao longo da vida (consciente e não consciente) de que o corpo está sob ameaça, de que a dor é terrível e não tem solução.

“Como qualquer percepção, a dor é assim construída a partir de dois “caminhos”, por um lado resulta dos sinais sensoriais ascendentes recebidos (...), por outro lado, resulta também das características de quem interpreta, das expectativas, condicionamentos e outras aprendizagens construídas ao longo da vida (...).”

As intervenções psicológicas na área da dor devem assim ultrapassar o foco, por vezes excessivo, no trabalho sobre as emoções negativas e desenvolver a sua intervenção de forma mais completa e personalizada, sobre os dois lados desta equação. É preciso procurar que a pessoa com dor crónica aprenda a perceber os sinais do corpo de forma mais precisa e positiva, enquanto procura ativamente esquecer ou extinguir as memórias de dor. É preciso trazer o estudo sobre a percepção e a compreensão dos sinais do corpo, para o centro da investigação e intervenção da Psicologia, se pretendemos ir mais longe no apoio e tratamento das pessoas com dor crónica.

Rita Canaiça

Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências da Saúde de Enfermagem
(Católica em Lisboa)

D.

Catarina Andrade

Diretora Nacional do Diurna.

ARTE EM DESTAQUE

MIGUEL SARAIVA

D.

Miguel
Saraiva

Miguel Saraiva é um arquiteto português com uma vasta obra nacional e internacional. Foi a mente criativa por trás de projetos como o Campus da Justiça de Lisboa e do Porto, a torre Infinity, a sede da Polícia Judiciária e o hospital Beatriz Ângelo.

Abriu o atelier quando terminou a licenciatura e provou que a paixão e a ambição são motores da vida e que as boas ideias não escolhem idades. Falou-nos da arte de gerir a frustração, dos desafios da profissão e da responsabilidade que lhe está associada. Contou-nos que só um ato de loucura é que leva um arquiteto a assinar um projeto. Quão bonitas seriam as ruas se todos os atos de loucura criassem obras como as suas.

Como é que gostaria de ser lembrado?

Como alguém que fez alguma coisa pela classe e que trouxe dignidade à profissão.

Desde que idade é que se lembra de querer ser arquiteto? Era um sonho de criança ou foi um passo lógico no percurso?

Não foi um sonho de criança e nunca me passou pela cabeça ser arquiteto. Eu sempre fui muito irreverente e sempre gostei muito mais da prática do que da teoria. No ensino secundário, segui Artes, mais por conveniência do que por opção. Quando cheguei ao 12.º ano, fiquei numa encruzilhada, porque não sabia o que havia de fazer. A minha mãe (que é muito esclarecida) inscreveu-me em arquitetura. Fui para arquitetura empurrado por uma coisa que hoje se calhar se valoriza pouco, que é o conhecimento entre os pais e os filhos. Os meus pais acharam que eu seria muito melhor prático do que teórico e realmente a arquitetura tem uma parte prática muito presente, não só no curso em si, como na carreira.

Diurna.

D.

Hoje, olhando para trás, não se arrepende?

Não me arrependo nada e adoro o que faço. Descobri a arquitetura pela via da Faculdade e isso foi um impulso enorme na paixão que sinto. A minha carreira perdura com altos e baixos, porque a arquitetura é uma profissão muito violenta, está sempre a ser avaliada, é muito exposta e é pouco reconhecida na sociedade. Descobri-o mais tarde, mas não estou nada arrependido, acho que a opção da minha família foi ótima.

“A minha carreira perdura com altos e baixos, porque a arquitetura é uma profissão muito violenta, está sempre a ser avaliada, é muito exposta e é pouco reconhecida na sociedade.”

Quem é que o inspira no ramo da arquitetura? Tem algum ídolo?

Vários. Quando comecei a minha carreira gostava imenso do Hestnes Ferreira. O Hestnes Ferreira foi uma primeira lufada na minha vida, reconhecia-lhe muito mérito. Ainda, alguns arquitetos portugueses não óbvios, que são pouco conhecidos, mas que têm muita qualidade (alguns que até são da minha geração). Também admiro muitos arquitetos estrangeiros, não só pela sua carreira na área do desenho, mas pela sua capacidade de construir - arquitetos que hoje em dia são motores das tendências da arquitetura a nível mundial.

Licenciou-se em 1995 e no ano seguinte, em 1996, funda a Saraiva+Associados. Como é que tudo começou?

Ao contrário do que acontece hoje, que chegamos ao mercado de trabalho para fazer o estágio, na minha geração iniciávamos o trabalho ainda na Faculdade, por opção (a maioria das vezes nem era por necessidade). Quando eu formei a Saraiva+Associados, um ano depois de me formar, já trazia três anos de prática profissional em gabinetes de arquitetura. Tive sempre mestres a ensinarem-me e bebi não só do conhecimento deles, mas também da organização deles e do *know-how*.

Comecei a carreira e abri um atelier muito novo, o que me permitiu cometer imensos erros, mas a tempo de os corrigir. Permitiu-me ser irreverente nas abordagens sem ser penalizado e permitiu-me ter tempo. As carreiras dos profissionais liberais são carreiras muito longas e que são carreiras de obtenção de conhecimento ao longo de uma vida e onde o reconhecimento é feito no fim da vida - os advogados, os médicos, os arquitetos, etc.. Preferia ser operada por um estagiário ou por um cirurgião com experiência? Isto permitiu-me cometer muitos erros, mas também me deu tempo para corrigir esses erros e para reposicionar o atelier, o meu pensamento, a minha relação com os clientes, a minha relação com o mercado... e isso é muito importante. Se tivesse começado quinze anos mais tarde, a tolerância não era tão grande. Certamente teria mais *know-how*, mas somava-lhe outros riscos.

“Comecei a carreira e abri um atelier muito novo, o que me permitiu cometer imensos erros, mas a tempo de os corrigir.”

D.

É evidente que hoje o atelier depende de mim em cerca de 30% e da estrutura em cerca de 70% (e ainda bem que é assim!), mas há 20 anos dependia 100% de mim. A profissionalização do atelier e a captação de quadros de altíssima qualidade mais seniores com um mix dos mais novos deu-lhe uma estrutura que hoje é altamente reconhecida pelo mercado.

Como é que evoluiu a Saraiva Associados desde aí? Quais é que foram os principais desafios?

O principal desafio foi ter crescido na profissão dentro da minha empresa sendo muito novo. Também tive a sorte e a arte de somar à minha estrutura logo desde o início arquitetos com mais experiência e mais velhos do que eu. Não fui pelo caminho fácil de ir contratando pessoas abaixo de mim, fui contratando pessoas com pensamento, o que me ajudou e estimulou, intelectualmente e empresarialmente. Aprendi muito com os meus colaboradores. É algo raro, atípico.

O que é que o permitiu?

Acreditei em mim. O medo de incumprimento estava sempre muito presente e fazia-me correr para a frente. Os primeiros tempos foram muito difíceis, não só pela ausência de encomenda regular, mas também pela insegurança que essa mesma ausência de encomenda representava na minha vida. Tive sempre o cuidado de não trabalhar para os amigos ou para a família, de trabalhar para o mercado, o que foi um traço diferenciador. Não procurei a encomenda no mercado óbvio, procurei no mercado aberto onde de uma forma atrevida me atirava muitas vezes para fora de pé. Arranjava sempre alguém que me ajudava, ou que me ensinava a colmatar as falhas naturais de um jovem arquiteto.

“Acreditei em mim. O medo de incumprimento estava sempre muito presente e fazia-me correr para a frente.”



D.

Tudo isto foi acompanhado de sorte, porque também é preciso sorte – a sorte do momento em que abri o atelier, a sorte de me cruzar com pessoas que precisavam de mim, a sorte de a encomenda ser proporcional ao meu conhecimento. Além disso, fui sempre muito organizado, o que foi muito importante para dar ao meu pequeno atelier um caminho de empresa.

E porque é que quis o caminho de empresa?

Eu achava que a relação entre o dono do atelier e os restantes dos arquitetos não era uma relação de igualdade em termos laborais. Havia um grande desequilíbrio e quis evitar esse desequilíbrio desde o início. A minha relação com as pessoas, em termos laborais, era e é uma relação de “win-win”. Eu ganho e gosto que os outros ganhem. Eu tenho conforto e gosto que os outros tenham conforto. Esta não é a prática profissional do nosso meio. Esta organização foi muito importante e talvez tenha sido a primeira fundação de um futuro atelier-empresa.

“A minha relação com as pessoas, em termos laborais, era e é uma relação de “win-win”. Eu ganho e gosto que os outros ganhem.”

A certa altura, entre os cinco e os dez anos, tive a perfeita noção de que não tinha capacidade de gestão para levar uma empresa para a frente. Tinha cada vez mais à vontade na arquitetura e ia aceitando desafios mais interessantes, mas não sabia fazer gestão. As PME's têm um problema enorme. Por um lado, os donos não querem uma gestão externa, porque eles é que sabem do negócio, por outro, os gestores não querem ir para as PME's. Felizmente, eu tive a clareza de ideias de contratar gestão para o atelier.

...e foi aí que o atelier cresceu.

Sim... e isso fez toda a diferença. Não pode haver empresa sem gestão e a gestão não tem de ser exclusivamente feita pelo fundador da empresa. Pude focar-me naquilo que é a minha prática profissional e que eu gosto, que é a arquitetura, e pude começar a viver de uma forma organizada e estruturada, em vez de viver na insegurança constante de não saber o dia de amanhã. A gestão trouxe-me previsibilidade ao negócio e o negócio é uma coisa, o desenho é outra. Evidente que se misturam, mas não é bom que a gestão tome o lugar daquela que é a nossa formação. Esta foi a base para a evolução daquilo que, ao fim de quase vinte e oito anos, é a Saraiva e Associados. É um tempo de vida muito acima da média.

“A gestão trouxe-me previsibilidade ao negócio e o negócio é uma coisa, o desenho é outra. Evidente que se misturam, mas não é bom que a gestão tome o lugar daquela que é a nossa formação.”

D.

Além disso, com apenas 30 anos, assumiu, entre 1998 e 2001, a posição de Vice-Presidente da Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitetos. Como é que descreveria estes tempos?

Foi uma aventura. Foi uma maldade feita pelo meu amigo Vasco Massapina, que me dirigiu o convite. Eu tinha, tal como, infelizmente, todos os arquitetos, um grande afastamento à minha ordem profissional, nem conseguia perceber bem qual é que era o papel da Ordem dos Arquitetos além do pagamento das cotas. Foi uma bomba, mas foi uma bomba muito positiva. Desde logo, deu-me a conhecer o que era o paradigma da profissão.

Isto numa altura em que ainda geria a Saraiva+Associados.

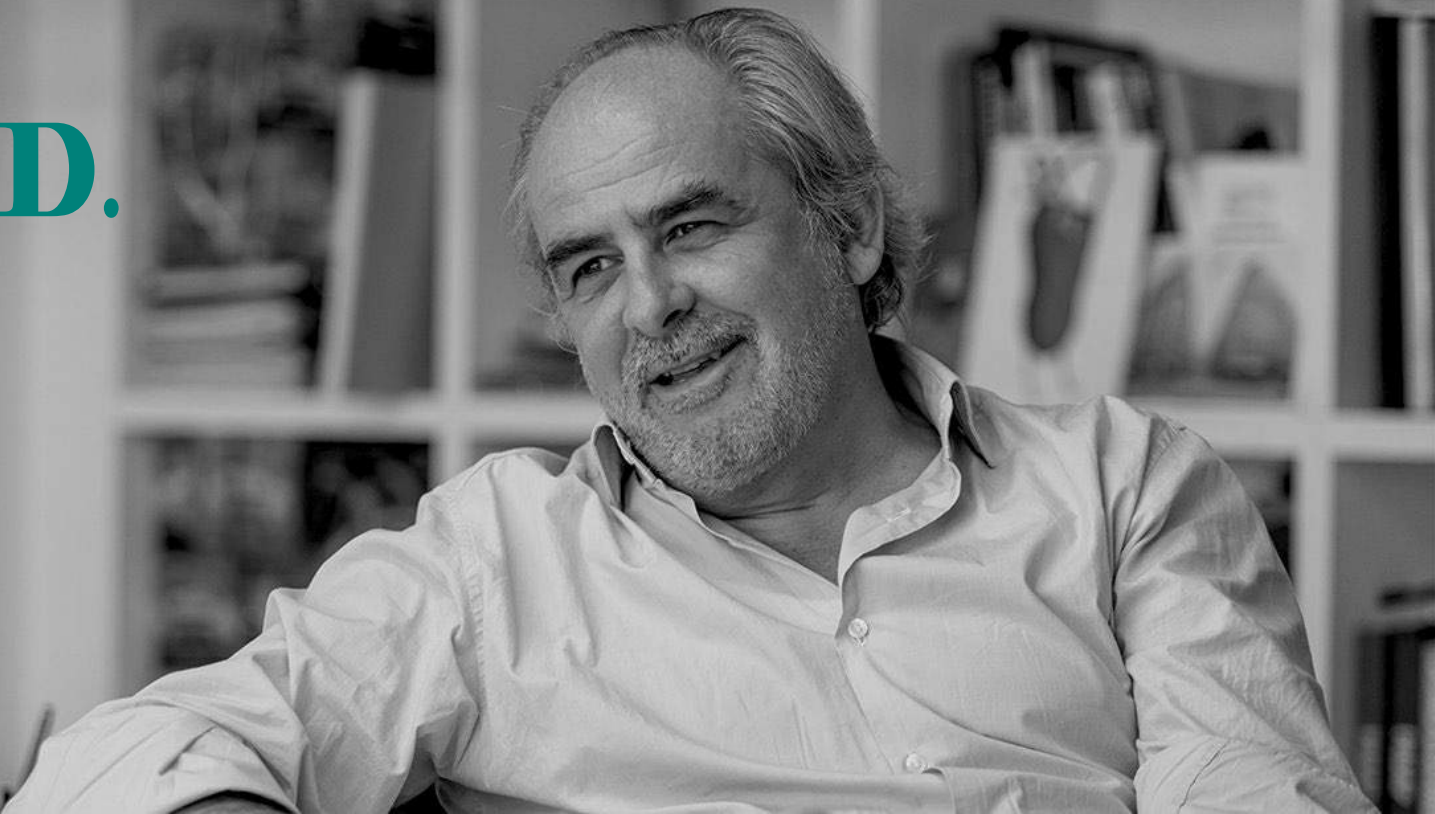
Sim. Foi muito pesado e muito trabalhoso. Trabalhei quase todos os sábados para a Ordem, sem qualquer remuneração, porque prescindi da mesma (até porque a Ordem vinha de uma época muito difícil em termos financeiros). A Ordem dos Arquitetos estava num momento de alteração estatutária, de certificação dos cursos, no começo dos primeiros estágios... foi muito interessante e uma mais-valia, mesmo em termos pessoais. Aproximou-me muito da realidade da profissão. Ao princípio não reagi bem, não percebia qual era o meu papel, mas foi muito importante para a minha carreira, para a minha relação com os meus pares e para a capacidade de interpretação dos problemas reais da profissão, que ainda hoje perduram. Se voltasse a trás, voltaria a assumir esta posição.

“(...) foi muito interessante e uma mais-valia, mesmo em termos pessoais. Aproximou-me muito da realidade da profissão.”

Tendo estado à frente de grandes projetos, como o Campus da Justiça de Lisboa, o Campus da Justiça do Porto e Hospital Beatriz Ângelo, diria que foram uma responsabilidade? Ou uma sorte que se criou com trabalho?

Esses projetos aconteceram porque o percurso que eu tinha feito até à altura, não sendo muito visível em termos de arquitetura, tinha uma solidez acima da média, na proporcionalidade com os anos que eu tinha de profissão. O mercado reconheceu-me como uma pessoa que tinha capacidade para o fazer, associando o desenho, a capacidade de entrega e a contenção de custos. Esta trilogia ainda hoje me acompanha. Abracei estes projetos de uma forma muito profissional e com uma equipa muito profissional e assim se fizeram os primeiros grandes projetos da Saraiva+Associados, que se vão perpetuar no tempo naturalmente. Depois, surge a sede polícia judiciária, que fecha um ciclo importante com o início da crise financeira de 2008 - fecha um mercado nacional e abre um mercado internacional.

D.



Qual é que foi o seu projeto preferido e porquê?

Não tenho. Tenho projetos pequenos que adoro e que foram muito importantes para mim, como a Casa da régua e o Cais da Folgosa, e projetos em que me revejo muito por fazerem parte do processo da Saraiva+Associados. Achei muito interessante o desafio da polícia judiciária, porque era um edifício de grande complexidade e com uma funcionalidade muito própria - foi um desafio tremendo somar a parte técnica à parte funcional numa área que não é óbvia. O hospital Beatriz Ângelo também teve essa característica. Hoje em dia, tenho um projeto de que gosto imenso, que é o Verde Lago, um projeto turístico com uma qualidade muito acima da média, num território muito sensível e onde a sustentabilidade está presente e apresenta desafios.

Nós queremos fazer bem e há forças externas que não nos permitem fazer tão bem, mas essas forças externas também têm a virtude de nos obrigar a pensar, a refletir e a traçar, a trilhar outros caminhos, nem sempre óbvios, que também eles têm muita qualidade.

“Nós queremos fazer bem e há forças externas que não nos permitem fazer tão bem, mas essas forças externas também têm a virtude de nos obrigar a pensar, a refletir e a traçar (...).”

Como é que um arquiteto equilibra as necessidades e vontades do cliente com a sua visão artística?

O arquiteto responde aos programas funcionais, chamados programas-base, que são o maior desafio que nós temos. Eu acho que a arquitetura é funcionalista e que só depois é que passa para a parte conceptual. A arquitetura não tem o mesmo cunho que tem a arte...

Diurna.

D.

... acha que a arquitetura não é uma arte?

Eu acho que é uma arte, mas deixa de ser uma arte quando tem uma encomenda óbvia e um programa-base óbvio. Há uma identidade própria e essa identidade, poder-se-ia quase dizer que é desvirtuada pela presença do cliente. Acho que é pacífica a relação entre a encomenda e a nossa arte, o valor estético da mesma. Não há arquitetura sem programas-base, acho que um está de mão dada com o outro. A presença do cliente não nos tira a arte e não nos tira a estética. Umhas vezes acrescenta, outras vezes diminui, mas eu acho que ambos vivem de mão dada.

Numa profissão que é sustentada por ideias, como é que se lida com os momentos de desinspiração e de falta de criatividade?

Com uma grande frustração. Com uma frustração enorme. Aprender a gerir a frustração é também uma arte. A arquitetura tem muito de tentativa e erro, de testagem. Nós esquiçamos sobre o esquiço infinitamente e é isso que faz

com que nos aproximemos da solução. As pessoas acham que jantamos à mesa e sai uma ideia, mas não. A gestão deste percurso de formação da ideia é muito violenta e muito angustiante... o papel em branco. Eu acho que fazer bons projetos de raiz é mais difícil do que fazer bons projetos de reabilitação, porque o domínio da escala não é óbvio para o arquiteto e na folha em branco não temos referências, ou se temos as referências, não temos as referências envolventes. Acertar na escala é talvez um dos maiores desafios do arquiteto. Ainda bem que há projetos não viram a luz do dia e que não foram construídos, porque hoje, olhando para eles, não tinham sido bons exercícios de arquitetura, por isso materializá-los em construção teria sido negativo. Eu não olho para a minha obra com um sorriso esplêndido, há projetos para os quais olho com grande tristeza e que me criam angústia. Se pudesse enterrá-las, enterrava, mas não, elas estão ali.

“A gestão deste percurso de formação da ideia é muito violenta e muito angustiante... o papel em branco.”

Quando é que se sente mais realizado? Quando uma ideia é aceite, ou quando vê efetivamente a sua concretização prática?

Durante o processo criativo, que vai desde o primeiro esquiço até à concretização da obra, tenho momentos em que me sinto bastante realizado. Sinto-me muito realizado quando um cliente aceita a minha ideia, mas a minha realização plena é quando vejo a obra construída com qualidade. Sinto-me plenamente realizado em várias fases do processo, mas o pleno máximo é na obra construída.

“Sinto-me muito realizado quando um cliente aceita a minha ideia, mas a minha realização plena é quando vejo a obra construída com qualidade.”

D.

Pensando no futuro, que tendências emergentes é que vê como mais relevantes ou promissoras para o futuro da arquitetura?

Eu acho que a arquitetura tem diferentes desafios pela frente: a questão da sustentabilidade, da pré-fabricação e da assemblagem da construção, somando a isso o tema da inteligência artificial associada ao desenho urbano e ao edifício. Estou muito assustado, porque estou a meio da minha carreira e vou ter que me reinventar para associar qualidade a estes diferentes fatores que vão inevitavelmente influenciar a arquitetura.

Como é que os avanços da inteligência artificial melhoram ou afetam a arquitetura?

Ainda não tenho uma opinião formada sobre o assunto, mas nós fizemos um primeiro teste, utilizando inteligência artificial a nível do desenho urbano. Se, por um lado, fiquei impressionado, por outro, fiquei inseguro, porque não acompanhei o processo que chegou àquela forma. A forma aparece, com base em algoritmos, com base em informações que eu vou somando à própria plataforma e sugerem um desenho urbano. Isto é assustador. É assustador porque desconheço (e tudo o que desconhecemos é assustador para nós), mas também porque é o romper com um processo criativo, assente no conhecimento de uma prática profissional que parece que vai ser desconsiderada. Aquilo que eu levo meses a refletir e a pôr no papel aparece-me em frações de segundo. Será que é isso que dá qualidade de vida e que serve as populações do futuro, as pessoas? Fico muito tempo a refletir se é a solução correta. Confronto uma ferramenta que teoricamente é mais inteligente do que eu com o meu bom senso e o meu conhecimento. Acho que vamos todos ter de nos adaptar. Acho que as ferramentas estão no princípio, nos primeiros passos, mas que é inevitável que isso rompa pelos ateliers a dentro.

“Isto é assustador. É assustador porque desconheço (e tudo o que desconhecemos é assustador para nós), mas também porque é o romper com um processo criativo, assente no conhecimento de uma prática profissional que parece que vai ser desconsiderada.”

Recentemente, apresentou um livro, o Unwanted, que contém projetos que foram desenhados e, por várias razões, acabaram por não se concretizar na prática. Como é que surgiu a ideia?

Na maioria dos ateliers, grande parte da produção não acaba executada. No caso do Unwanted, são 27 anos de produção de arquitetura, com a certeza de que aquilo que eu produzi há 27 anos é diferente do que o que eu produzo hoje. Isto demonstra reflexão, pensamento e maturação e é interessante ver este percurso. Estes trabalhos contém imenso *know-how*. Temos mais de dez hospitais desenhados que não foram construídos, com imensa qualidade gráfica. É tanto trabalho, são tantas e tantas horas, que me surgiu a ideia de publicitar este trabalho e homenagear todos

D.

aqueles que trabalharam no atelier em diferentes fases. É por isso que o livro contém o nome de quase toda a gente que trabalhou neste atelier durante estes anos, todos acrescentaram valor em diferentes épocas. Estes projetos merecem ver a luz do dia, tal como os outros projetos que acabam por ser construídos.

Chamei-lhe Unwanted, o rejeitado, porque estes projetos foram rejeitados por algum motivo - ou porque não tinham qualidade, ou porque não ganhámos o concurso, ou porque o cliente não teve dinheiro para os construir... há dezenas e dezenas de razões e na nossa cultura a rejeição não é uma coisa partilhada. Acho que é um ato de coragem, mas, ao mesmo tempo, um ato de simplicidade, mostrar essa rejeição, mostrar como vivo bem com a rejeição. Por vezes, existem muito melhores propostas do que as minhas, existem motivos diferentes, mais válidos do que os meus, mas isso não tira qualidade ao meu pensamento e ao meu trabalho. Resolvi expor-me desta forma e expor o nosso trabalho, dando a conhecer um conjunto de projetos. São oitocentas páginas. Este Unwanted trouxe para cima da mesa uma série de discussões, que eu vou tentar perpetuar.

“Chamei-lhe Unwanted, o rejeitado, porque estes projetos foram rejeitados por algum motivo (...) há dezenas e dezenas de razões e na nossa cultura a rejeição não é uma coisa partilhada.”

Houve uma frase do discurso que fez que me ficou na memória: “Nós vendemos ideias porque se as déssemos morreríamos à fome.” Sente que quem está de fora consegue perceber a força destas palavras?

Não têm noção, porque acham que a ideia é uma coisa que toda a gente tem, mas as nossas ideias dão-nos muito trabalho, ocupam-nos muitas horas. Nós desenhamos objetos que se perpetuam para além da nossa existência, desenhamos objetos que têm um impacto na qualidade de vida das pessoas, não só aquelas que habitam os objetos que nós desenhamos. Se eu tiver uma casa e à frente desenharem ou construírem um objeto completamente disruptivo, aquilo tem um impacto direto em mim. Ter ideias é uma coisa muito séria, mas desvaloriza-se a remunera-

ção das mesmas. A frase “dá-me aí uma ideia” é uma coisa que me põe completamente fora de mim, porque é completamente desequilibrada. A arquitetura tem dificuldade em comunicar o seu papel na sociedade, a sua importância e complexidade. Não vamos ao médico ou a um advogado pedir uma opinião sem lhe pagar, mas podemos ir ao arquiteto pedir ideias. É uma desproporção entre o ato de pedir e o ato de responsabilidade que nós temos - nós hoje temos uma responsabilidade tão grande, que só um ato de loucura é que nos faz assinar um projeto! A legislação cada vez é mais exigente em relação à nossa atividade profissional, é preciso ser-se quase desequilibrado para se assinar um projeto de arquitetura.

D.

“(…) nós hoje temos uma responsabilidade tão grande, que só um ato de loucura é que nos faz assinar um projeto! (...) é preciso ser-se quase desequilibrado para se assinar um projeto de arquitetura.”

Se tivesse de se descrever numa palavra como é que se descreveria?

Desequilibrado.

O que é que não pode faltar na sua secretária?

Papel de esquiço.

Que sonhos é que ainda lhe faltam concretizar?

Imensos. Eu acho que estou no princípio da minha carreira. Falta-me tudo.

Como é que gostaria de ser lembrado?

Como alguém que fez alguma coisa pela classe e que trouxe dignidade à profissão.

Catarina Andrade

Diretora Nacional do Diurna.



D.



INVESTIGAÇÃO NA CATÓLICA

por Peter Hanenberg

Universidades são instituições onde se adquire conhecimento, onde se aprende. Mas Universidades também são as instituições por excelência onde se produz, constrói e desenvolve conhecimento. Esta responsabilidade central das Universidades na produção do conhecimento chama-se investigação. Investigação designa uma prática metodologicamente controlada de produção e alargamento de conhecimento, organizada segundo parâmetros de referência específicos de cada campo de estudos. Cultivando os domínios das ciências sociais e naturais, das tecnologias, das artes e das humanidades, a investigação na UCP tem como objetivo melhorar a condição da vida humana e do planeta, aprofundando os horizontes da arte e da cultura ao serviço do bem comum. Assim, a sua ação desenvolve-se tanto na geração de conhecimento de base fundamental como na produção de aplicações práticas que geram inovação, promovendo o respeito pelo ambiente e a valorização económica, contribuindo para a criação de sociedades mais prósperas, saudáveis, socialmente robustas, coesas, sustentáveis e respeitadoras da diversidade e da dignidade humana.

“(…) Universidades também são as instituições por excelência onde se produz, constrói e desenvolve conhecimento. Esta responsabilidade central das Universidades na produção do conhecimento chama-se investigação.”

Através das suas 15 unidades de investigação, e funcionando de modo colaborativo com parceiros nacionais e internacionais dos setores académico, empresarial e cultural, a UCP desenvolve investigação nas áreas de Bioengenharia (CBQF), de Gestão e de Economia (CUBE, CEGE), das Artes (CITAR), das Humanidades (CEFH, CECC, CEHR), da Comunicação e da Cultura (CECC), das instituições políticas (CIEP) e sociais (CEDH, CRC-W, CEPCEP), do Direito (CEID), da Teologia (CITER) e da Saúde.

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.
Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.

“(…) a sua ação desenvolve-se tanto na geração de conhecimento de base fundamental como na produção de aplicações práticas que geram inovação (…).”

O centro CBR (Católica Biomedical Research) da Faculdade de Medicina é o centro mais recente na área da saúde, trabalhando em parceria com o Instituto Gulbenkian de Ciência. Também o CIIS (Centro Interdisciplinar de Investigação em Saúde) em Lisboa, Viseu e no Porto desenvolve investigação nas áreas da Medicina, Medicina Dentária, Biomedicina, Neurociências e Enfermagem. O CEDH (Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano) no CRP contribui para um melhor entendimento da saúde mental (abordado também pelo CRC-W em Lisboa) além de desenvolver investigação na área da Educação.

O CBQF no campus do Porto é, neste momento, o maior centro de investigação da Católica e o nosso único Laboratório Associado. O CBQF tem uma extensa colaboração com as indústrias, entre outras na área da alimentação. Destacam-se aqui ainda mais três centros cujo trabalho – tal como o do CBQF – mereceu a avaliação de Excelente pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia). O CUBE (com a melhor avaliação da área em Portugal) é a unidade de investigação da CATÓLICA LISBON que marca presença entre os grupos de investigação de topo em gestão e economia na Europa e pelo seu impacto na sociedade. O CECC (também nº 1 da área) é um centro interdisciplinar nas Humanidades, respondendo aos desafios criados pela globalização e pela mudança de panorama nos media, assim como pela crescente importância da cultura no moldar do século XXI, estudando a cultura, a literatura, a arte e a comunicação enquanto geradores/motivadores de mudanças sociais. E ainda o CITAR que desenvolve investigação artística, informada por práticas e conceitos inscritos nos impulsos humanos da era pós-digital, pelos desafios e possibilidades das artes digitais e das ‘digital humanities’, em articulação com a complexidade dos processos e tecnologias das artes analógicas.

Tendo como propósito intensificar a relevância e o impacto da sua investigação, a UCP tem vindo a trabalhar na constituição, participação e liderança de redes nacionais, europeias e globais, académicas e profissionais, institucionais e empresariais em que os centros colaboram na sua especialidade. A nível institucional, uma rede importante é a SACRU (Strategic Alliance of Catholic Research Universities) com a Australian Catholic University, o Boston College, a Pontifícia Universidad Católica de Chile, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Sophia University (Japão), a Università Cattolica del Sacro Cuore e a Universitat Ramon Llull.

“Tendo como propósito intensificar a relevância e o impacto da sua investigação, a UCP tem vindo a trabalhar na constituição, participação e liderança de redes nacionais, europeias e globais, académicas e profissionais, institucionais e empresariais em que os centros colaboram na sua especialidade.”

D.

Desde Novembro de 2023, a UCP faz parte da Universidade Europeia “Transform4Europe” (T4EU) que promove a cooperação e o intercâmbio com 10 Universidades europeias, nomeadamente das Universidades de Saarland (Alemanha), Alicante (Espanha), Estonian Academy of Arts (Estónia), Primorska (Eslovénia), Jean Monnet (França), Silesia in Katowice (Polónia), Sofia (Bulgária), Trieste (Itália), Kaunas (Lituânia) bem como a Mariupol State University na Ucrânia como parceiro associado. Projetos de investigação, mas também novos cursos, cursos conjuntos ou graus duplos no âmbito da T4EU vão tornar a UCP ainda mais europeia e internacional e uma verdadeira escola de empreendedores de conhecimento.

A UCP faz ainda parte da rede EUROPAEUM que reúne algumas das melhores universidades da Europa de Oxford a Berlin. A cooperação em redes e alianças é um motor decisivo para dar resposta à complexidade dos desafios atuais e para assumir a responsabilidade pela casa comum. A UCP envolve os seus estudantes nestas redes e em muitos processos e projetos de investigação - procurando uma estreita relação entre ensino e investigação. O que distingue as universidades de outras escolas ou centros de formação é esta relação entre a criação de conhecimento e a sua aprendizagem. A proximidade com os docentes, a interação com os pares e o envolvimento no ecossistema de investigação da UCP, através dos centros de investigação, são determinantes para que os estudantes adquiram uma visão mais abrangente dos desafios que se colocam à sociedade atual e se formem como profissionais capazes de ter um papel ativo na comunidade.

“O que distingue as universidades de outras escolas ou centros de formação é esta relação entre a criação de conhecimento e a sua aprendizagem.”

Peter Hanenberg

Vice-Reitor para a Investigação e Inovação

ABDICAR DE APRENDER MATEMÁTICA É ABDICAR DE COMPREENDER O MUNDO

Muitos dos leitores deste artigo já terão ouvido falar dos radares de velocidade média instalados nalgumas estradas do país. Estes radares registam a matrícula e a hora de deteção dos veículos que passam num determinado local. Comunicando esses registos para um processador central, é possível calcular a velocidade média de cada veículo ao percorrer a distância entre dois radares dividindo essa distância pelo tempo decorrido entre as deteções. Se essa velocidade média for superior ao limite estabelecido para a via em causa, o condutor arrisca-se a ser multado. Mas será que circular durante uns instantes acima do limite de velocidade será sempre detetado pelo sistema? Não, desde que se circule durante algum tempo abaixo do limite de velocidade. O importante é que o tempo em que é vencida a distância não seja menor do que se viajasse sempre à velocidade máxima. Assim, de nada adiantará acelerar numa parte do percurso já que, para não ser detetado a infração, terá de se abrandar numa outra parte do percurso.

D.

“Muitos dos leitores deste artigo já terão ouvido falar dos radares de velocidade média instalados nalgumas estradas do país. (...) será que circular durante uns instantes acima do limite de velocidade será sempre detetado pelo sistema? Não, desde que se circule durante algum tempo abaixo do limite de velocidade.”

Aposto que o leitor tem telemóvel. De acordo com a Anacom, no final de 2022 a taxa de penetração de serviços móveis em Portugal era de 123.6%, já excluindo serviços dedicados apenas a dados, com a percentagem acima de 100%, a significar que há mais telemóveis do que habitantes em Portugal. Quando adquiriu o seu telemóvel, possivelmente foi confrontado com a necessidade de escolher qual a capacidade de memória interna para um mesmo modelo (128 GB, 256 GB, 512 GB...). Já se perguntou porque é que as capacidades de memória têm estes valores estranhos? Os dados nos telemóveis (e noutras tecnologias digitais) são guardados em dispositivos eletrónicos capazes de memorizar um de dois estados: 0 ou 1. Isso significa que uma unidade de memória (um bit ou binary digit) tem dois estados possíveis e, por cada estado desta unidade de memória, haverá dois estados possíveis de outra unidade de memória. Duas unidades de memória terão então $2 \times 2 = 2^2 = 4$ estados possíveis. Repetindo o raciocínio, três unidades de memória terão $2 \times 2 \times 2 = 2^3 = 8$ estados possíveis, e n unidades de memória 2^n estados possíveis. As capacidades de memória terão assim de ser potências de 2! Um byte (B) são 8 bits e logo tem $2^8 = 256$ estados possíveis; um kilobyte (KB) são $2^{10} = 1024$ bytes; um megabyte (MB) são $2^{20} = 1024$ kilobytes; um gigabyte (GB) são $2^{30} = 1024$ megabytes. Portanto, 128GB terão $2^8 + 2^{10} + 2^{10} + 2^7 = 245$ estados possíveis.

“(...) há mais telemóveis do que habitantes em Portugal. Quando adquiriu o seu telemóvel, possivelmente foi confrontado com a necessidade de escolher qual a capacidade de memória interna para um mesmo modelo. (...) Já se perguntou porque é que as capacidades de memória têm estes valores estranhos?”

Peço-lhe agora que reflita no seguinte problema lógico: imagine que eu afirmo que, se amanhã estiver a chover, sairei de casa com chapéu de chuva. No dia seguinte constata que não está a chover. O que pode concluir sobre eu ter saído de casa com ou sem chapéu de chuva? Na verdade, não tem qualquer base para inferir se eu saí ou não com chapéu de chuva; eu apenas lhe disse o que faria se estivesse a chover, não lhe disse o que faria se não estivesse a chover. E se me encontrasse durante o dia sem chapéu de chuva? Isso quereria dizer que certamente não estava a chover, caso contrário eu teria trazido chapéu de chuva.

Poderia continuar a dar muitos exemplos de aplicação da matemática no nosso dia-a-dia. Caso tenha curiosidade, não é difícil encontrar livros de divulgação científica que o fazem. Mas a verdadeira beleza da matemática revela-se na possibilidade de estudar problemas em abstrato, sem concretizar numa aplicação à física, informática, ou lógica como se fez acima. Uma função

D.

logística, por exemplo, tem aplicações na demografia (modelos de crescimento de populações), nas ciências da computação (modelos de redes neurais, base da tão falada inteligência artificial), na economia (modelos de difusão de inovações) ou até na linguística (modelos de adoção de uma nova linguagem). Mas é possível estudar as propriedades da função logística sem nos preocuparmos com a aplicação particular; podemos estudar a função em abstrato e só depois interpretarmos os resultados no contexto de um problema concreto. A lógica matemática que serve de base ao funcionamento dos circuitos eletrônicos de um computador é a mesma lógica que estrutura o pensamento filosófico!

(...) a verdadeira beleza da matemática revela-se na possibilidade de estudar problemas em abstrato, sem concretizar numa aplicação à física, informática, ou lógica (...).

Galileu terá dito que a matemática é a linguagem em que Deus escreveu o universo. Para compreendermos o que nos rodeia, teremos assim que dominar esta linguagem. Claro que podemos escolher viver neste mundo sem o compreender. E é isso mesmo que estamos a fazer quando decidimos que não vamos aprender matemática!

Pedro Encarnação

Professor Afiliado Sênior da CLSBE
(Católica em Lisboa)

D.

FACULDADE DE MEDICINA

Já com 3 anos a funcionar em pleno, a Faculdade de Medicina da Universidade Católica Portuguesa é uma faculdade ainda jovem que se quer dar a conhecer a todos os estudantes da Universidade Católica.

“(...) a Faculdade de Medicina da Universidade Católica Portuguesa é uma faculdade ainda jovem que se quer dar a conhecer a todos os estudantes da Universidade Católica.”

A faculdade de medicina da UCP tem um método de ensino particular que se caracteriza pela aprendizagem com base em problemas e casos clínicos, o *Problem Based learning*. Um método de ensino implementado na primeira faculdade privada de medicina em Portugal, em parceria com a Universidade de Maastricht, que já leva mais de 50 anos de experiência a trabalhar este método com os seus estudantes. Um método que se baseia em reuniões entre pequenos grupos de alunos e um professor no qual os alunos expõem temas e aprendem nesta troca de informações. O estudo individual é a base deste curso, visto que os alunos são incentivados a aprender os temas de forma autónoma de modo a serem capazes de os expor de forma clara e concisa aos seus colegas. Certamente, os alunos precisam de ajuda a guiar o seu estudo, e para isso temos ainda aulas teóricas que ajudam a consolidar a matéria e a garantir uma certa uniformidade entre todos os alunos.

D.

Para além desta forma de aprender os temas mais teóricos, a componente de aprendizagem prática é um dos grandes fortes desta faculdade. Desde a primeira semana de aulas do 1º ano os alunos têm todas as semanas aulas práticas focadas na realização do exame objetivo como parte integrante da consulta médica. Adicionalmente, uma das partes mais entusiasmantes e distintas é a realização de consultas simuladas desde o primeiro ano. Doentes simulados treinados especificamente para este propósito têm a capacidade de simular diversos cenários clínicos e proporcionar feedback aos alunos sobre a sua *performance* e apresentar dicas de melhoria. Os principais focos desta atividade são treinar técnicas de comunicação não verbal, dar más notícias e treinar a forma de fazer perguntas mais complicadas ou sensíveis aos doentes. Agora no 3º ano e já com contacto com doentes na prática clínica, nota-se claramente uma maior tranquilidade e naturalidade ao lidar com doentes ditos “reais” após termos tido todo este treino nos anos anteriores.

“(…) a componente de aprendizagem prática é um dos grandes fortes desta faculdade.”

No início desta jornada não sabíamos exatamente o que esperar dos seis anos que se estendiam à nossa frente. Por sermos os primeiros, o curso ainda era uma incógnita, não tínhamos ninguém que nos desse dicas de como lidar com esta ou aquela cadeira, ou quais eram os melhores métodos de estudo. Passado três anos continuamos sem saber o que esperar do ano seguinte, porque seremos sempre os primeiros, mas sabemos que podemos sempre contar com os professores e com todo o staff da nossa faculdade, que desde o primeiro dia se empenharam em não deixar que a “primeira panqueca saísse mal”. Acompanharam-nos em todos os passos, sempre disponíveis para ouvir as nossas opiniões e abertos à mudança se se justificasse, sempre motivados para nos oferecerem as melhores oportunidades de aprendizagem que conseguissem. Foram três anos de muito crescimento, tanto a nível académico como a nível pessoal, ambos constantemente encorajados pela faculdade. Os três anos que se seguem serão com certeza desafiantes, mas contamos com o mesmo apoio que temos tido até agora, o que torna o percurso menos assustador e mais entusiasmante.

Maria do Rosário Magriço e Sofia Bernardes

**Alunas da Faculdade de Medicina
(Católica em Lisboa)**



EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Há cerca de 36 anos, em 1987, a, ainda, Comunidade Económica Europeia implementou o Programa Erasmus+, depois de mais de 10 anos de esforços tendentes à dinamização de programas de cooperação académica a nível europeu. É hoje possível confirmar que o Erasmus+ representa uma visão de futuro, que cedo compreendeu a vantagem da mobilidade dos estudantes, que tanto levam e trazem. A princípio, as famílias europeias e os seus jovens olhavam com alguma incerteza para este convite a viajar de mochila e livros atrás, mas a realidade é que só em 2022 o Programa contou com cerca de um 1,2 milhões de participantes. Contudo, atualmente, a mobilidade de estudantes vai muito além do Programa Erasmus+, representado este último apenas uma das várias opções à disposição dos estudantes. A globalização faz-se sentir, também, nas escolhas dos estudantes, que cada vez mais olham para uma experiência internacional como imperativa antes de entrar no mercado de trabalho.

“A globalização faz-se sentir, também, nas escolhas dos estudantes, que cada vez mais olham para uma experiência internacional como imperativa antes de entrar no mercado de trabalho.”

Durante o ano letivo 2022/2023 frequentei o *LLM, Master of Laws* na *London School of Economics and Political Science* (LSE). Durante a Licenciatura na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa optei por não embarcar em nenhuma experiência internacional, pois tal implicaria (quase) necessariamente um atraso na data de conclusão do Curso. Assim, decidi esperar e utilizar esses tempos para convencer os meus pais de que iria partir numa aventura de um ano antes de ingressar na (verdadeira) vida adulta!

Excursar sobre os pontos positivos deste tipo de experiências é tarefa fácil e, diria até, pouco desafiante. Aliás, basta perguntar ao famoso ChatGPT, que, em segundos, refere 6 pontos: (i) exposição cultural; (ii) desenvolvimento de competências linguísticas; (iii) oportunidades de networking; (iv) crescimento pessoal; (v) desenvolvimento de um sentido de cidadania global; e (vi) enriquecimento académico. Todos estes pontos parecem autoexplicativos e, talvez, já exauridos noutros escritos, pelo que escolho divagar sobre os desafios que encontrei e que, a meu ver, podem ser generalizados às demais.

Após extensa e árdua pesquisa, Londres surgiu como a única opção possível para realizar uma aventura académica. Na verdade, apenas me candidatei para uma Universidade que, felizmente, me acolheu. Londres é, historicamente, conhecida como uma cidade multicultural e a LSE integra, na perfeição, a definição de multiculturalidade, com estudantes provenientes de 140 países diferentes e com 71% de estudantes internacionais. Ainda que este tenha sido um dos principais motivos que me levou a clicar no enter da candidatura, a realidade é que se provou um ponto bastante desafiante ao longo de todo o ano.

“Após extensa e árdua pesquisa, Londres surgiu como a única opção possível para realizar uma aventura académica. Na verdade, apenas me candidatei para uma Universidade que, felizmente, me acolheu.”

A exposição a diferentes culturas está diretamente ligada a diferentes formas de pensar, o que inegavelmente desenvolve o nosso espetro de visões sobre o mundo. Os nossos padrões mentais estão alicerçados no modo como fomos educados a pensar, falar, andar e todas as outras atividades com que um jovem ser humano é confrontado. Assim, tal como em equipas multidisciplinares, nas quais os padrões mentais são diferentes, também nas equipas multiculturais se vêem aumentos de produtividade e de capacidade de adaptação a novas temáticas. Recordo-me, aliás, de diversos momentos nos quais uma sala com cerca de 30 alunos o tempo era insuficiente para as diferentes visões sobre um tema, ou até os diferentes exemplos de como tal questão seria resolvida à luz das leis das várias jurisdições. O enriquecimento dos projetos e o crescimento pessoal é indiscutível, visto que este tipo de discussões promovem um “abandonar” dos tais padrões mentais, abrindo espaço para a adoção de perspetivas diferentes e inovadoras. Ainda assim, pode arguir-se que a conjugação deste “abandonar” com a crescente globalização é perigosa, levando a uma possível homogeneização de visões e opiniões e uma certa perda de identidade, enfraquecendo-se, novamente, o debate e o desenvolvimento de conclusões inovadoras. Como em tudo, portanto, o balanço é o caminho!

“A exposição a diferentes culturas está diretamente ligada a diferentes formas de pensar (...).”

D.

Resta-me apenas deixar algumas notas e conselhos para aqueles que estão na dúvida quanto a partir, ou não, numa aventura académica. Londres para mim foi o local perfeito, pois possuía o que procurava: uma cidade gigante, com muito para oferecer em todas as vertentes da vida (desde um ensino de excelência à promoção de todo o tipo de manifestações artísticas); diversidade de pessoas a todos os níveis; e um hub financeiro a nível mundial. A escolha do local certo é essencial, mas muito subjetiva, pelo que devemos sempre seguir a nossa pesquisa (e instinto) e não nos deixar levar apenas por descrições de terceiros. A adaptação a uma cidade nova é difícil (especialmente se for bastante maior do que aquela de onde abalamos), mas depois de ultrapassada essa fase o retorno não é fácil, pelo que devemos estar cientes de que o regresso poderá ser tão “doloroso” quanto a partida. Finalmente, a experiência deve ser aproveitada ao máximo, passando o mínimo indispensável em casa, por forma a conhecer o maior número de pessoas possível e experienciar o maior número de atividades possível.

As experiências de vida são eminentemente subjetivas, sendo muito difícil dissociá-las da pessoa que as vivenciou, contudo posso garantir que de tudo o que vão vivenciar ao longo da vossa aventura, aquilo que, certamente, levarão convosco para o resto da vida serão as pessoas e as imensas memórias acompanhadas de um sentimento de saudade bonito. Se puderem, partam e deixem-se crescer na incerteza de um caminho desconhecido. Vão conhecer outras formas de ver o mundo!

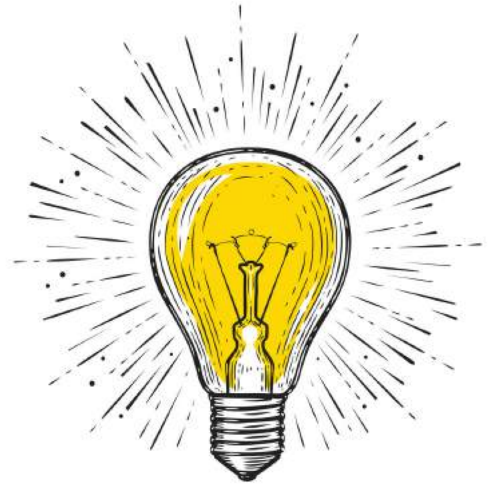
“(...) posso garantir que de tudo o que vão vivenciar ao longo da vossa aventura, aquilo que, certamente, levarão convosco para o resto da vida serão as pessoas e as imensas memórias acompanhadas de um sentimento de saudade bonito.”

Gonçalo Castela

Alumnum da Faculdade de Direito (Católica em Lisboa)
Advogado Estagiário da MLGTS



D.



MELHORAR PELA AÇÃO E PELO EXEMPLO

A Universidade Católica Portuguesa (UCP) caracteriza-se por formar pessoas com valores humanistas e de integridade distintivos. Para o efeito, adota um conjunto de ferramentas e desenvolve um conjunto de atividades. Exemplos incluem a adoção de um código de ética, a implementação de normativos legais associados, a oferta de disciplinas específicas sobre ética e humanismo nos seus cursos, a disponibilização de oportunidades de voluntariado a alunos e colaboradores, entre diversos outros exemplos.

Estas medidas são muito positivas. Sendo orientadas para “o que deveria ser” no campo dos princípios, são condições necessárias, mas não suficientes para mudar significativamente as mentalidades e, mais importante do que isso, os comportamentos das pessoas. Basta atentar ao que se passa na sociedade portuguesa. O número de instrumentos, leis e iniciativas orientadas para a mitigação dos riscos de comportamentos menos éticos tem vindo a aumentar. Mas a realidade é que, por exemplo, a posição do país em indicadores internacionais relacionados com a corrupção, assim como a perceção pública sobre este fenómeno, têm vindo a piorar nos últimos tempos. A verdadeira mudança acontece pela ação e pelo exemplo, não apenas dos chamados líderes, mas de uma massa crítica de indivíduos nas organizações.

“A verdadeira mudança acontece pela ação e pelo exemplo, não apenas dos chamados líderes, mas de uma massa crítica de indivíduos nas organizações.”

Como se caracteriza tal ação? Significa essencialmente seguir princípios de integridade em toda e qualquer decisão do nosso dia-a-dia, por mais insignificante que pareça; e por mais que seja impopular e contrária à visão predominante do caldo cultural em que estamos inseridos. Qualquer afastamento descredibiliza a instituição aos olhos dos seus stakeholders internos e externos, reforçando o velho ditado popular “Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço”. Felizmente, as novas gerações estão cada vez mais atentas a esta dissonância e têm cada vez menos tolerância para comportamentos políticos e ilusores dos decisores.

D.

A UCP tem aqui uma oportunidade de ouro para marcar a diferença no panorama do ensino superior português. Qualquer colaborador ou aluno que se junte à nossa comunidade deve sentir desde o primeiro dia – e mesmo antes de ler os códigos de ética e frequentar as disciplinas da área – que está a entrar num ecossistema diferente e que perfilar estes valores tem consequências concretas no seu dia a dia. Adianto alguns exemplos práticos da vida universitária em geral em Portugal e em que é comum encontrarmos dissonâncias entre o que se diz e o que se faz.

Ao nível dos alunos, é muito frequente haver pressões sobre os decisores para serem criadas exceções aos regulamentos gerais para acomodar a sua situação, sem fundamentação que não seja o seu benefício individual e idiossincrático. O simples pedido dessas exceções sugere a admissão de situações de injustiça e iniquidade.

Ao nível dos docentes, existem órgãos colegiais nas universidades – constituídos exclusivamente por docentes das próprias instituições – que determinam critérios de mérito para promoções, assistindo-se a situações de conflito de interesse.

Ao nível dos colaboradores, e tal como na sociedade em geral, são tratadas com tolerân-

cia falhas graves nos cargos dirigentes, enquanto se atribui grande importância a pequenas infrações nos demais colaboradores.

Finalmente, ao nível do civismo que deve ser desiderato de todos, vemos nos campi das universidades imensas dissonâncias, como sejam veículos estacionados indevidamente, lixo atirado para o chão, paredes vandalizadas, entre outros exemplos.

O problema das dissonâncias é que, deixadas sem ação, tornam-se a norma e passamos a conviver com naturalidade com elas. Na comunidade UCP, cada um de nós pode dar um contributo, mesmo que modesto, através da sua ação e do seu comportamento, para a criação de um ecossistema que seja verdadeiramente distintivo e inspirador para todos os que a nós nos juntam e que por aqui passam. Serão com certeza, sementes que, uma vez plantadas, se disseminarão e darão frutos no resto da sociedade.

“Na comunidade UCP, cada um de nós pode dar um contributo, mesmo que modesto, através da sua ação e do seu comportamento, para a criação de um ecossistema que seja verdadeiramente distintivo e inspirador para todos os que a nós nos juntam e que por aqui passam.”

Rui Soucasoux Sousa

**Professor Catedrático da CPBS
(Católica no Porto)**

D.

OS PREFERIDOS |

.. de Paulo Glavo Cunha

Professor Catedrático da Faculdade de Direito (Católica em Lisboa)
Sócio de Corporate e M&A da VdA



D.

Livro favorito?

“O Tango da Velha Guarda”, de Arturo Pérez-Reverte (o melhor escritor da atualidade), e “A Relíquia”, de Eça de Queirós, este com exceção da descrição da viagem à Terra Santa.

Filme favorito?

Il Gattopardo (O Leopardo), de Luchino Visconti.

Viagem de sonho?

Guatemala (Lago Atitlan, Chichicastenango, Antigua e Tikal).

Prato preferido?

Cozido à portuguesa, uma perna de cabrito (de leite), joaquinzinhos fritos e um bom peixe grelhado.

Uma memória?

O nascimento da minha filha Carolina.

Na secretária o que nunca falta?

O computador e os óculos.

Para começar bem o dia, o que não pode faltar?

Um café expresso e um duche.

Como ocupa os seus tempos livres?

A viajar, a conviver com amigos e a ver futebol.

Qual é o seu lema de vida?

Ser útil, porque ninguém é melhor do que todos nós.

Se pudesse escolher outra profissão, qual seria?

Jogador de futebol ou treinador de futebol.

Qual o tema da atualidade que mais o faz pensar?

A crescente falta de liberdade pela necessidade de ser politicamente correto.

Se pudesse mudar um aspeto em Portugal qual seria?

São dois: 1) Eliminar ou até atenuar os desequilíbrios crescentes na sociedade moderna, que conduzirão inevitavelmente a um confronto social. 2) Impunha requisitos mínimos à elegibilidade para governar, determinando que só pudesse ser ministro quem tivesse um mínimo de 10 anos de trabalho fora da política e secretário de Estado o mínimo de 5 anos. Em paralelo, atribuiria aos membros do Governo remunerações competitivas e condignas com a responsabilidade dos cargos.

D.



A EQUIPA DO DIURNA. DESEJA-LHES UMA ÓTIMA LEITURA.

Diurna.

OS TEXTOS DOS AUTORES CONVIDADOS
NÃO SÃO SUJEITOS A QUALQUER PROCESSO
DE REVISÃO, POR RESPEITO AO ESTILO
PRÓPRIO DE CADA UM.



D.

DIREÇÃO NACIONAL

DIRETOR NACIONAL
CATARINA ANDRADE

EDITOR IN CHIEF - PORTO
BEATRIZ DOS REIS NOBRE

EDITOR IN CHIEF - LISBOA
MARIA PIA SILVA

EQUIPA EDITORIAL

PORTO
DUARTE PROENÇA DE CARVALHO
AURORA CAMPOS
CATARINA SAMÕES
ALEXANDRA CARVALHO

LISBOA
VICENTE BALTAZAR
RUI LOPO
ANA LORENA DE SÈVES
RITA MENEZES

BRAGA
DAVID GOMES VAZ

VISEU
FRANCISCO BURELLO

MARKETING MANAGEMENT

DIANA SANCHES
ADRIANA MENEZES

O JORNAL NACIONAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

PORTO | LISBOA | BRAGA | VISEU